

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOLOGIA

NATHÁLIA TELES DOS SANTOS

Impactos da espetacularização da vida pelas mídias sociais na  
infância

Goiânia  
2023



**UFG**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): NATHÁLIA TELES DOS SANTOS

Título do trabalho: Impactos da espetacularização da vida pelas mídias sociais na infância

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Renata Leite Soares, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Teles Dos Santos, Discente**, em 27/02/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3551487** e o código CRC **61EA3A33**.

NATHÁLIA TELES DOS SANTOS

## Impactos da espetacularização da vida pelas mídias sociais na infância

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Psicologia.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Leite Soares

Goiânia

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Nathalia Teles dos  
Impactos da espetacularização da vida pelas  
mídias sociais na infância [manuscrito] / Nathalia Teles dos Santos.  
- 2023.

LXII, 62 f.

Orientador: Prof. Renata Leite Soares.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE),  
Psicologia, Goiânia, 2023.

1. infância. 2. mídias sociais. 3.  
espetacularização. 4. indústria cultural. I. Soares, Renata Leite,  
orient. II. Título.



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Impactos da espetacularização da vida pelas mídias sociais na infância", de autoria de NATHÁLIA TELES DOS SANTOS, do curso de Psicologia da Faculdade de Educação/UFG. Os trabalhos foram instalados pela orientadora Profa. Dra. Renata Leite Soares da FE/UFG com a participação do membro da Banca Examinadora: Profa. Dra. Susie Amâncio Gonçalves de Roure da FE/UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de dez (10,0), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Leite Soares, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Teles Dos Santos, Discente**, em 27/02/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3551445** e o código CRC **0AED648F**.

Referência: Processo nº 23070.009697/2023-51

SEI nº 3551445

## RESUMO

Tendo em vista que as mídias sociais ocupam cada vez mais um lugar de destaque no cotidiano da criança na contemporaneidade produzindo novas formas de sociabilidade, de inserção na cultura, essa pesquisa se propõe a refletir acerca dos impactos decorrentes da racionalidade instrumental mercadológica que compõem e alicerça as mídias digitais e consequentemente espetaculariza a vida ocasionando variados efeitos sobretudo concernentes a criança que está em pleno processo de desenvolvimento e formação subjetiva. Para tanto, é necessário compreender a relação entre processos de sociabilidade e a constituição da vida psíquica. Pensar os processos educativos como forma de socialização e constituição da vida subjetiva; compreender a mídia como instância de socialização, os processos de espetacularização da vida na contemporaneidade e a forma como a mídia enquanto instância de socialização hoje atravessa outras instâncias responsáveis pelo processo de formação como por exemplo, a família e a escola e por fim, analisar os impactos da espetacularização fomentada pelas mídias na vida da criança. Realiza-se então, uma pesquisa bibliográfica, com objetivo exploratório e abordagem qualitativa. Diante disso, verifica-se que as mídias sociais, pautadas por uma lógica que visa suprimir a subjetividade da criança, a fim de garantir a reprodução de relações desiguais, ao promover a ideia de uma vida cada vez mais espetacular e instrumentalizada, impede seu processo de formação para a autonomia, produzindo mais e mais sujeitos homogeneizados.

Palavras-chave: infância; mídias sociais; espetacularização; indústria cultural.

## **ABSTRACT**

Bearing in mind that social media increasingly occupy a prominent place in children's daily lives in contemporary times, producing new forms of sociability, insertion in culture, this research proposes to reflect on the impacts arising from the market instrumental rationality that make up and it underpins the digital media and consequently makes life spectacular, causing various effects, especially concerning the child who is in the full process of development and subjective formation. Therefore, it is necessary to understand the relationship between sociability processes and the constitution of psychic life. Think of educational processes as a form of socialization and constitution of subjective life; understand the media as an instance of socialization, the processes of spectacularization of life in contemporary times and the way in which the media as an instance of socialization today crosses other instances responsible for the formation process such as, for example, the family and the school and, finally, analyze the impacts of the spectacularization promoted by the media in the child's life. A bibliographical research is then carried out, with an exploratory objective and a qualitative approach. In view of this, it appears that social media, guided by a logic that aims to suppress the child's subjectivity, in order to guarantee the reproduction of unequal relationships, by promoting the idea of an increasingly spectacular and instrumentalized life, impedes its process training for autonomy, producing more and more homogenized subjects.

Keywords: childhood; social media; spectacularization; cultural industry.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - AS INSTÂNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO: PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO II - MÍDIAS SOCIAIS E A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO III - A INFÂNCIA E AS IMPLICAÇÕES DA ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA PARA A CRIANÇA.....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Ao observar as novas formas de socialização fomentadas pelas mídias sociais presentes na contemporaneidade, surge a necessidade de investigar as diversas implicações pertinentes aos processos de sociabilidade e seus desdobramentos na constituição da subjetividade durante a infância, tendo em vista que contemporaneamente, a criança se insere precocemente nesse universo com tantas facetas. Notou-se então, a viabilidade de elaborar uma pesquisa com ênfase na espetacularização da mídia e sua função nas formas de sociabilidade e na formação da subjetividade da criança. Portanto, indaga-se: Quais as possíveis implicações da espetacularização gerada pelas mídias sociais para a formação da subjetividade infantil na contemporaneidade?

O processo de socialização se inicia desde o nascimento, sendo a infância uma etapa fundamental na constituição da criança como ser social. Durante este período, observa-se a importância de determinadas instituições nesse decurso de tornar-se um ser social, sendo a socialização um processo de constituição da vida psíquica e da vida social. Em vista disso, na contemporaneidade tem-se novas formas de socialização, como as mídias sociais, que ocupam um lugar de destaque no desenvolvimento da sociabilização, presente ativamente no cotidiano das crianças e que por muitas vezes atravessam outras diversas instâncias de socialização, devido a sua onipresença.

A partir da ascensão tecnológica e o fortalecimento das redes sociais em específico, crianças se inserem antecipadamente em um espaço que integra socialização e formação de subjetividades, permeando relações de produção e consumo que transformam e alteram as relações intersubjetivas a partir da influência exercida pela mídia. (CAMPOS E SOUZA, 2003). Kehl (2015) propõe que as mídias por meio do espetáculo, detém a função de formação de subjetividades na contemporaneidade. Com isso, compreende que a sociedade do espetáculo seria uma expansão da indústria cultural otimizada a fim de “traduzir a vida em imagem”. (KEHL, 2015, p.71) A partir do consumo alienado como forma de entretenimento, o indivíduo deixa de apenas contemplar a imagem, mas passa a se identificar com o objeto, e o mesmo passa a ocupar toda sua vida social, não se consegue enxergar nada além da mercadoria. (KEHL, 2015).

Ao utilizar as mídias online como ponto de partida para elucidar os novos espaços de formação nos quais a criança está inserida, busca-se explorar o modo como as mídias digitais vêm transformando a experiência das mesmas e conseqüentemente formando subjetividades em

um espaço de espetacularização da vida regidas pela lógica da racionalidade instrumental e mercadológica, a qual reproduz a opressão do sistema capitalista.

Partindo de uma perspectiva no campo da Psicologia, a temática se faz de grande relevância na atualidade, visto que tais mudanças interferem diretamente no sujeito, em sua subjetividade e em sua relação com o mundo. Além disso, serve de subsídio para o fazer psicológico como ciência, tomando a construção do saber como um processo também histórico, possibilitando à própria psicologia a permanente crítica acerca de sua própria história e de seu papel formativo. Ademais, analisar as novas formas de subjetivação pelas mídias sociais, é um tema emergente e fundamental sobretudo para sociedade contemporânea, a partir da qual se constitui ao passo que também participa e sofre ativamente dos efeitos da espetacularização fomentados pelas mídias digitais, sendo conseqüentemente, afetadas por eles.

Portanto, devido aos variáveis rumos e efeitos que as mídias sociais online promovem, a tenra idade das crianças, sua incapacidade frente a responsabilização dos seus atos e a falta de maturação para adentrar e permanecer nesses espaços, surge a necessidade de analisar o espaço midiático como meio de socialização na infância e quais os impactos da espetacularização das mídias nos processos de formação subjetiva da criança, considerando o desenvolvimento e as minuciosidades da sociabilidade na fase infantil.

Para tanto foram delimitados os seguintes objetivos específicos da pesquisa: compreender a relação entre processos de sociabilidade e a constituição da vida subjetiva, bem como pensar os processos educativos para a constituição formativa da criança; compreender a mídia na contemporaneidade e suas características, assim como os processos de espetacularização da vida e a lógica mercadológica instrumental que a administra; historicizar a constituição da infância na modernidade e analisar quais as implicações da espetacularização da vida nas mídias para a criança.

No primeiro capítulo é apresentado uma contextualização histórica acerca da constituição da sociabilidade, seus desdobramentos e a importância das instâncias de socialização para a construção formativa da criança. Para tanto, foram utilizados como fundamentação teórica os estudos de Norbert Elias sobre os decursos que advém da inserção do sujeito na cultura e na sociedade e de Áries que trata a constituição da infância ao longo da história.

O segundo capítulo visa analisar os impactos da indústria cultural por meio das mídias digitais entendida como um instrumento na reprodução da ideologia mercadológica instrumental. Assim, pretende-se compreender o lugar da mídia como instância de socialização em ascensão que atravessa outras instâncias e afeta a constituição de identidade na infância, sobretudo pelo seu caráter de produção, de consumo e de espetacularização da vida. Para isso, foram utilizados

diversos autores que dialogam sobre os efeitos da indústria cultural nos espaços midiáticos, entre eles, Adorno e Horkheimer, Thompson, Kehl.

Por fim, o terceiro capítulo irá retratar a construção da infância na modernidade bem como os aspectos que englobam as culturas infantis e suas particularidades. Assim como, a relação da criança contemporânea com as mídias digitais e os efeitos disso para a constituição da criança. Para tanto, foram utilizados autores como Sarmiento, Jerusalinsky, Dunker, entre outros autores que contribuem para essa discussão dos impactos da espetacularização da vida na constituição subjetiva da criança.

Ademais, para a construção desta monografia, será tomado como referência o método dialético com o intuito de apreender as contradições do objeto de pesquisa e como procedimento a pesquisa bibliográfica, com objetivo exploratório e abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados, tais como revistas, artigos científicos e livros, buscando discutir o tema a partir desses referenciais. Assim, pretende-se refletir e aprofundar a problemática através da literatura dialogando com diversos autores que estudam e exploram a temática.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória a fim de fazer um levantamento bibliográfico preliminar para uma familiarização com o campo de estudo. A busca dos materiais se deu por meio de livros que dialogam com a temática e pelas plataformas Scielo, Pepsic, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, a partir das palavras chaves: infância, mídias sociais, espetacularização, formação subjetiva e sociabilização. Os critérios adotados para seleção dos materiais foram: o texto estar completo, disponível online, preferencialmente na língua portuguesa e ser coerente com a temática.

Portanto, conclui-se que os objetivos propostos foram atendidos e a pergunta norteadora respondida, indicando quando, como e porque as mídias digitais e principalmente a espetacularização a qual ela implica, impacta e afeta profundamente a constituição da subjetividade infantil bem como a sua formação para a autonomia.

## **CAPÍTULO I**

### **AS INSTÂNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO: PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA.**

A sociabilização é um processo sobretudo ativo, que perpassa toda a fase da infância e adolescência de forma dinâmica através das vivências que se colocam durante o processo de tornar-se um ser social, que não se limita a funções mecânicas e um mero treinamento das instituições sobre os indivíduos, mas exige uma participação ativa do sujeito em sociabilização e a sociedade que o socializa. (Belloni, 2007).

Sendo assim, antes de tudo é fundamental entender o indivíduo como sendo interdependente da sociedade a qual faz parte. Para Elias (1994), indivíduo e sociedade são indivisíveis, isto é, os indivíduos são constituídos pela sociedade, e a sociedade é constituída por indivíduos conectados em redes interdependentes de vários tipos e de variadas camadas. Assim, para ele é necessário não só entender uma unidade, isto é, o sujeito em sua individualidade, mas é importante sobretudo analisar como essa unidade se conecta uns aos outros. A partir disso, o processo de socialização é compreendido como a relação entre as individualidades subjetivas em contiguidade com a objetividade e o coletivo social.

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994, p.27).

Tendo em vista que, “o ser humano singular é gerado e partejado por outros seres humanos” (Elias, 1994, p. 26.), a inter-relação entre os indivíduos é condição fundamental que estabelece a existência humana. O sujeito separado dessa interdependência não desenvolve aspectos básicos essenciais para sua vivência no mundo. Alheio a uma composição social o indivíduo não desenvolve a linguagem articulada, dentre outras condições essenciais para se manter em sociedade, como o controle dos impulsos e a aprendizagem.

Portanto, o ser humano necessita do Outro para se compor no campo social e para se constituir como sujeito. Logo, desde o nascimento, os indivíduos podem dispor de diferentes características, no entanto é no locus social que o infante dentro de sua imaturidade e funções psíquicas manejáveis se eleva a um nível de desenvolvimento mais complexo e engendrado. A

dependem da composição social a qual fazem parte, uma vez que o processo de socialização é um produto das trocas simbólicas realizadas no núcleo da sociabilidade. (Elias, 1994).

Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta. (ELIAS, 1994, p. 27).

Nesse sentido, vale sublinhar que mesmo compondo o mesmo grupo social, cada ser individual compõe suas trocas simbólicas de uma forma distinta, ou seja, as narrativas singulares de cada pessoa não são idênticas a de outras pessoas, mesmo que estas façam parte de um mesmo grupo e um mesmo processo de socialização, uma vez que dispõem de características próprias que as diferem uns dos outros. Tais características são constituições naturais que cada indivíduo traz consigo ao mundo, entretanto tais atributos psíquicos são moldáveis durante o processo de socialização e da relação com o outro. Assim, de acordo com Elias, (1994), "A constituição característica de uma criança recém-nascida dá margem a uma grande profusão de individualidades possíveis." (ELIAS, 1994, p. 28).

Nesta conjuntura há algo fundamental que organiza as formas de relação e de socialização em uma sociedade, a estrutura histórica da sociedade. Isto é, as estruturas sociais em uma sociedade são determinadas historicamente e seguem padrões específicos, que não são fixos mas tais regras dentro de cada configuração social são estabelecidas baseadas nos instintos, nas necessidades e nos valores de cada um dos seus membros e por isso cada estrutura social tem sua especificidade. (ELIAS, 1994).

Assim, cada relação social, seja familiar ou em quaisquer grupos e espaços de socialização presentes em uma sociedade, mesmo tendo características variáveis e distintas em suas minuciosidades, são determinadas em sua estrutura substancial a partir de uma construção sócio-histórica a qual aquele sujeito nasceu e que portanto são distintas em sociedades cuja estrutura é diferente. Logo, as peculiaridades entre as relações sociais mudam de acordo com o tipo de sociedade assim como também se distingue de acordo com as diferentes épocas históricas de uma mesma sociedade. (ELIAS, 1994).

Nesse sentido, dois recém-nascidos que possuem traços naturais semelhantes podem percorrer a um desenvolvimento muito distinto da "consciência e dos instintos" (Elias, 1994, p. 437), a depender da estrutura e do período histórico a qual estão inseridos. Portanto, a subjetividade que todos os seres humanos desenvolvem no decorrer da vida não se baseia somente em características inatas, mas se desdobra em processos de individualização específicos de cada sociedade. (ELIAS, 1994).

Para além dos processos de socialização, a individualidade e a subjetividade humana, também, só podem ser compreendidas em sua totalidade por meio da análise das configurações sociais estabelecidas dentro de uma sociedade específica, a qual molda seus membros e é moldada por eles. (ELIAS, 1994).

Assim, tendo em vista que a individualidade a qual os seres humanos desenvolvem ao longo de sua vivência não está relacionada apenas a suas constituições naturais, mas fundamentalmente a todo um processo de individualização, o que resulta de suas características naturais será moldado pela estrutura social a qual está inserido. Indubitavelmente, a constituição natural de cada indivíduo irá refletir e influenciar seu destino, uma vez que crianças com características congênicas diferentes, incluso no mesmo locus de sociabilidade, não terão destinos em comum. Destino esse que não é determinado desde o nascimento, mas que se manifesta na forma individual adquirida no decorrer do desenvolvimento de cada pessoa. Assim, tal destino também é um produto das relações sociais. (Elias, 1994).

Seu destino, como quer que venha a se revelar em seus pormenores, é, grosso modo, específico de cada sociedade. Por conseguinte, a imagem mais nitidamente delineada do adulto, a individualidade que aos poucos emerge da forma menos diferenciada da criança pequena, em sua interação com seu destino, é também específica de cada sociedade. (ELIAS, 1994, p.28).

Desse modo, a pessoa individual não existia a priori, a individualidade não é uma constituição inata dos indivíduos, mas é construída também historicamente por meio das relações com o outro, bem como, essas relações também não são pré-existentes, logo, uma se constitui dialeticamente, na relação e no entrelace entre ambas. Portanto, “é a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual”. (Elias, 1994, p. 36). Assim, até mesmo o que o indivíduo pressupõe advir de sua vida privada, como sua personalidade, princípios, afeições, índole, carrega a história das relações com o outro e compõem sua individualidade. Portanto, a individualidade de cada indivíduo resulta de um vasto processo entre sujeito e sociedade. (Elias, 1994).

Nesse sentido, no decorrer da história da humanidade as mudanças estruturais da sociedade estão relacionadas às mudanças na estrutura do psiquismo humano. Para Elias (1994), durante o percurso do processo civilizatório acompanha-se também transformações na estrutura da personalidade dos indivíduos, marcada principalmente por um maior controle dos instintos. Assim, a partir desses processos civilizadores e da internalização de normas e padrões sociais os indivíduos assumem um maior nível de autorregulação, isto é, o controle dos próprios impulsos. (Elias, 1994).

Em consonância com a estrutura mutável da sociedade ocidental, uma criança do século XII desenvolvia uma estrutura dos instintos e da consciência diferente da de uma criança do século XX. A partir do estudo do processo civilizador, evidenciou-se com bastante clareza a que ponto a modelagem geral, e, portanto, a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas. (ELIAS, 1994, p.28).

Por conseguinte, as funções psíquicas, que se distinguem entre mente-alma, razão-sentimento, consciência-instinto, ego-id, podem ser entendidas como características inatas dos indivíduos, no entanto tais compartimentos psíquicos são constituídos sobretudo em sociedade, uma vez que essas funções mentais diferentemente de um órgão como o coração ou o pulmão cuja base é invariavelmente biológica, possuem origem social, de maneira que se configuram nas formas de autorregulação, de pessoa para pessoa e se orienta constantemente para o outro. Tais funções são interdependentes e possuem funções específicas, seja para manter o próprio organismo, seja para manter um nível de sociabilidade e auto regulação dentro dessas relações. (Elias, 1994).

Portanto, é fundamental pontuar que as relações sociais não formam apenas o que é de origem consciente nos indivíduos, mas atravessa também, o que é inconsciente e assim constitui a singularidade dos sujeitos. Essa modulação é possível devido às funções psicológicas maleáveis, que se iniciam desde o nascimento. Logo, é por meio dos processos, demandas e relacionamentos sociais que o ser humano desenvolve características próprias que os difere dos demais. “A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual”. (Elias, 1994, p.56).

Ademais, de acordo com essa compreensão, as estruturas e malhas sociais são constituídas historicamente, as quais possuem regras e leis específicas que se moldam no entrelace dos sujeitos e em suas relações. Sendo tais leis construídas com base nas demandas dos indivíduos constituídas em condições históricas específicas, sendo essas, os instintos, os valores e as necessidades, cada sociedade desenvolve tipos específicos de socialização decorrentes dessas instâncias. Assim, cada sociedade é moldada de forma diferente o que permite no decorrer da história uma multiplicidade de comportamentos. (Elias, 1994). Portanto, compreender a vida subjetiva é fundamental para compreender o componente social, uma vez que os processos inconscientes atravessam as estruturas sociais, ao passo que também são atravessados por estas, logo indivíduo e sociedade dependem um do outro.

Nesse aspecto, os períodos históricos revelam como a ideia de vida privada se consolidou através dos séculos. Até a Idade Média não havia a ideia de privacidade na vida cotidiana, isto é, os pormenores e individualidades dos indivíduos eram demandas atribuídas pelas comunidades. Logo, “A comunidade que enquadra e limita o indivíduo — a comunidade rural, a cidadezinha

ou o bairro — constitui um meio familiar em que todo mundo se conhece e se vigia” (Ariès, Chartier; 1991, p.10).

A partir, então, da Idade Moderna emerge a privatização da vida íntima à medida que o Estado deixa de vistoriar e controlar todas as esferas sociais. No entanto essa transição é gradativa, sendo somente a partir do século XIX que os sujeitos buscarão um estilo de vida mais privado e individualista, se resguardando da exposição e dos olhares de outrem. (Ariès, Chartier; 1991).

Tais transformações, decorrem sobretudo pelo advento do Iluminismo, o qual apontava uma nova perspectiva de emancipação do sujeito, por meio da razão, do individualismo e do universalismo. (Macedo, 2012). Ao substituir a fé, pela ciência e pela razão, o homem moderno se fundamentava como um sujeito inteiramente centrado, unificado e racionalizado. (Moreira, Chaves; 2014).

Verifica-se, portanto, que a Modernidade, dentre outras tantas consequências, desencadeou um comportamento humano até então não ecoado, qual seja a individualização, a introspecção do sujeito, o desenvolvimento da sua subjetividade, como busca inclusive de proteção do mundo moderno capitalista e predatório, gerando uma “fuga” do público, uma reserva do espaço privado do homem com o objetivo de introspecção, comportamento este que, posteriormente, ao ser reconhecido como essencial à condição humana. (Moreira, Chaves; 2014, p. ).

Áries e Chartier (1991), pontuam alguns elementos que foram determinantes para tais mudanças acerca da constituição da vida privada durante a modernidade, dentre elas, o surgimento de uma literatura de civilidade cujas orientações eram baseadas em indicadores comportamentais. Tal como, a preservação do corpo e do espaço vital, se antes utilizava-se o corpo deliberadamente para servir, ou cumprimentar intimamente, agora, surge a necessidade de manter o corpo afastado dos outros corpos e distanciar do olhar alheio. Logo, retêm-se os abraços, beijos em mãos ou pés que são substituídos por gestos polidos e discretos. (Ariès, Chartier; 1991).

A literatura de civilidade, a maneira de tratar o próprio corpo e o dos outros explicam um pudor novo, uma preocupação nova em esconder determinadas partes do corpo, determinados atos, como a excreção. [...] Também repugnará deitar os recém-casados em público em seu leito na noite de núpcias e voltar a seu quarto na manhã seguinte. Esse novo pudor, acrescentado a proibições antigas, chega mesmo a dificultar o acesso do cirurgião ao leito da parturiente, local de reunião essencialmente feminino. (Áries, Chartier; 1991, p.14).

Outro indício pontuado por Ariès e Chartier (1991), são os diários íntimos que traduzem a vontade de se isolar e de obter autoconhecimento por meio da escrita, a qual substitui a necessidade de comunicação com outros. Sendo escritos sobre e para si, no qual não se objetiva publicá-los, mas são redigidos apenas por prazer. Esse ponto, revela outro indicador que resultou na privatização da vida, o prazer para com a solidão. Se no século passado a solidão era

sinônimo de pobreza, no qual, um homem de alta posição nunca deveria estar sozinho, exceto para rezar. Entre os séculos, XVI e XVII, na Modernidade, a conquista pela intimidade individual na vida cotidiana é fortalecida. A solidão é tida como uma satisfação pessoal, inclusive entre os mais nobres homens.

A seletividade nas amizades também é um indício dessa passagem para a vida privada, uma vez que se torna necessário uma amizade especial, separada de outros, para compartilhar dessa vida mais íntima, logo, um sentimento mais polido e fidedigno. Por fim, tem-se a mudança das casas, com espaços menores, locais privativos e cômodos especializados, diferentemente de antes, no qual, não havia uma preocupação com a intimidade dos membros das residências, isto é, tudo era compartilhado e público. (Áries, Chartier; 1991).

Todas essas mudanças — e muitas outras — contribuem para uma nova maneira de conceber e levar a vida cotidiana, não mais ao acaso das etapas, da utilidade mais banal, ou ainda como complemento da arquitetura e da arte, e sim como uma exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos que cada um cultiva em si. (Ariès, Chartier; 1991, p.16).

Portanto, em suma, na Idade Média, a vida privada “depende de solidariedades coletivas” ou de lideranças que desempenham um papel de protetor. (Áries; Chartier; 1991, p.22). Ocorrendo uma espécie de confusão entre vida pública e privada. Já na Modernidade, com o recuo do Estado, e a lacuna deixada pela sociedade comunitária, cedem lugar para o homem se instalar no isolamento, logo, a vida privada se estabelece, rompendo com a dependência total da comunidade. No entanto, Ariès e Chartier defendem a tese que essa mudança e individualização dos costumes declina a partir do século XVIII em prol da vida familiar, no qual, a família absorveria todos as preocupações e anseios do indivíduo, transferindo exclusivamente para a família, o sentimento de acolhimento e pertencimento. (Áries, Chartier; 1991).

Segundo Resende (2013), os campos que mediam o ingresso do indivíduo na cultura podem ser compreendidos por: organizações, grupos ou instituições, os quais detêm funções socializadoras fundamentais. Sendo, portanto, a família, a instância primária de socialização, provida de caráter afetivo, a qual implica fortemente na subjetivação do sujeito.

Berger e Luckmann (1976), delineiam a socialização primária como o primeiro momento em que a criança entra em contato com a socialização, tornando-se assim, um membro da sociedade. A partir do contato primário com a família a criança se identifica e passa a significar componentes que compõem o bojo do mundo social. (Berger e Luckmann; 1976 apud Gomes; 1992, p.).

A fim de analisar a família como instância primária de socialização é fundamental compreender, sobretudo, como se constitui essa instância ao longo dos séculos. Para tanto, foram utilizados os estudos do historiador Philippe Ariès, sendo este, considerado pioneiro em seus

estudos. Ao publicar a obra *História Social da Criança e da Família* em 1960, Ariés, baseou seus estudos a partir da iconografia medieval, identificando a concepção de infância e família presentes na idade média, o qual, conclui que o sentido de família se modificou profundamente ao passo que suas relações internas com as crianças se transformaram. (Ariés, 1981).

O sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância, que analisamos no início deste livro, não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família. (Ariés, 1981, p.210).

Ao retomarmos os determinantes históricos e culturais, notam-se certos momentos fundamentais para a construção da noção de família que temos hoje. Na Antiguidade, o sentimento de infância e conseqüentemente de família, tal qual sentidos e reproduzidos na modernidade, era considerado inexistente. Ariés, (1960), pontua que as iconografias medievais eram marcadas sistematicamente por retratar o ofício. Isto é, o ofício durante tanto tempo seria a principal e mais importante atividade da vida cotidiana a ponto de ser tema central das gravuras nesse período. (Ariés, 1981).

O homem de hoje não escolheria seu ofício, mesmo que gostasse dele, para propô-lo como tema a seus artistas, mesmo que estes últimos pudessem aceitá-lo. A importância dada ao ofício na iconografia medieval é um sinal do valor sentimental que as pessoas lhe atribuíam. Era como se a vida privada de um homem fosse antes de mais nada seu ofício. (Ariés, 1981, p.196).

Dentre tais ilustrações, tinha-se o camponês em seu trabalho, carregando lenha e se aquecendo, o nobre diante de uma mesa farta, um plebeu descansando em meio a flores, um nobre preparando seu facão para a caça. É importante notar que em todas essas representações é sempre retratado um homem e nunca uma mulher, no qual, o mesmo aparece sempre sozinho. No entanto, até o século XVI, algumas mudanças são percebidas de acordo com as iconografias. A mulher surge representada como a dama do amor ou a dona de casa. A partir de então os retratos trazem uma nova figura, a feminina. O homem não é retratado mais aquecendo-se sozinho, ao seu lado está sua mulher manuseando uma roca de fiar, a camponesa aparece no campo com os homens, dando a eles bebidas para aliviar o calor. Em outras cenas, a mulher aparece de forma romântica com seu parceiro em jardins e vinícolas. (Ariés, 1981).

Prosseguindo mais adiante no século XVI, inicia-se um movimento acerca da representação da figura familiar. A família camponesa aparece supervisionando os trabalhos e participando de jogos. Ademais, nota-se por meio das tapeçarias do século XVI cenas em que os senhores e as crianças inspecionam a colheita e colhem frutas. O homem, portanto, não está mais sozinho, divide a cena com mulheres e crianças. (Ariés, 1981).

A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV. Mas o artista sente a necessidade de exprimir discretamente a

colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho quotidiano, com uma preocupação de intimidade outrora desconhecida. (Áries, 1981, p.197).

Apesar da figura da criança já aparecer diversas vezes em meados do século XVI, ela ainda não era simbolizada com tanta importância pelas gravuras medievais. A criança vai ser a última esfera a ser elaborada nesse contexto, tal pois, a criança está intimamente ligada à necessidade antes desconhecida de vida familiar. (Áries, 1981).

Assim, no decorrer dos séculos, a noção mais íntima de família começa a ganhar forma. Primeiramente, no século XVI, a família surge ainda timidamente, ocupando alguns espaços que outrora não existiam, posteriormente, no século XVII, com o advento de representações das idades da vida, a qual, retratava por meio das ilustrações do nascimento do bebê até a velhice, ocasionando consequentemente em gravuras da vida familiar. (Áries, 1981).

No século XVII, as idades da vida tornaram-se pretextos para as imagens da vida familiar. Numa gravura de Abraham Bosse representando as quatro idades do homem, a infância é sugerida pelo que hoje chamamos de nursery: um bebê no berço vigiado por uma irmã atenta, uma criança de túnica mantida de pé numa espécie de cercado com rodas (objeto muito comum entre os séculos XV e XVIII). (Áries, 1981, p. 208).

No século XVIII as gravuras se tornam mais íntimas, sendo retratadas de forma mais dinâmica em sua vida cotidiana. Em suma, a análise da iconografia medieval revela que até a Idade Média o sentimento de família era desconhecido, surgindo apenas nos séculos XV-XVI e ganhando maior força em XVII. (Áries, 1981). Assim, na Idade Média, a concepção de unidade familiar se modifica, apesar dos pais proverem mais cuidados e proteção aos filhos, ainda não se aplicava em suma o sentimento de família, contemplado pela relação afetiva que une emocionalmente a unidade familiar. (Áries, 1981; apud Miranda, 1989).

A modernidade como um resultado do Iluminismo, traz em seu bojo mudanças de cunho social, intelectual e política que atravessam as principais instâncias de socialização, isto é, a família, escola e o mundo do trabalho. Tendo como alicerce o racionalismo, o universalismo e o individualismo, o cenário se transforma com foco na emancipação do homem. A fé na razão e na ciência passa a substituir a religião, assim como, o individualismo rompe com visões comunitárias antigas. A partir de uma nova concepção sociopolítica, pautada na descentralização e liberdade, o homem passa a valer-se por si só e não mais pela comunidade. (Macêdo, 2012).

Tais transformações surgem perpendicularmente à revolução industrial e as mudanças geradas por meio do capitalismo, tendo como principal enfoque o fortalecimento da ordem social. A partir de então surgem novos costumes, práticas e estilos de vida, implicando em um novo modo de organização social que interrompe com a predominância da esfera pública e política, abarcando novas vertentes de identidade social, bem como modificando a produção

material e cotidiana, repercutindo assim em novos modos de sociabilidade que marcam a modernidade. (Macêdo, 2012).

Acerca da relação indivíduo-sociedade, Miranda (1999), pontua:

A sociedade é uma construção do homem, realizada através das objetivações humanas, do trabalho, enfim, das ações humanas realizadas sobre a natureza no sentido de transformá-la para suprir necessidades básicas, materiais e espirituais. Interessante atentar para o fato de que não existe realidade social que não tenha sido tocada pela “humanidade do homem”. Essa sociedade, por sua vez, atua sobre o próprio homem, constituindo-o, modificando-o, transformando-o. Assim, o homem constrói e é construído, cria e é recriado no curso de relações sociais estabelecidas historicamente. (Miranda, 1999, p.47).

Assim, o sujeito se diferencia dos outros animais ao passo que se apropria e transforma a natureza em prol de suas necessidades, isto é, por meio do trabalho, se constitui como homem e se humaniza. (Miranda, 1999). Tendo em vista tal concepção de trabalho como precursor fundamental sobre a constituição do sujeito, a sociabilidade humana se insere nessa conjectura, de modo que, as relações sociais constituídas pela humanidade, desde a antiguidade, se estruturam no trabalho que fundamenta a própria reprodução de vida, visto que, por meio das atividades laborais produziam o que era necessário socialmente de acordo com cada período histórico. (Granemann, 2009).

Portanto, entendendo o trabalho em um contexto histórico, é importante compreender as particularidades específicas que englobam cada período. Sob o modo de produção capitalista, o trabalho expressa de modo geral, atividade produtiva, produção de mercadorias e mais valia. Assim, o capitalismo é marcado por uma forte presença do individualismo, a qual, estimula o pensamento e a necessidade de busca incessante pela originalidade e autenticidade por meio do consumo. (Miranda, 1999).

Portanto, é a partir da Idade Moderna e paralelamente ao avanço do modo de produção capitalista, que o sentimento de família surge perpendicularmente ao sentimento de infância, tal qual experimentado na contemporaneidade. Por meio do reconhecimento do despreparo e imaturidade da criança em dividir os mesmos locais que os adultos, ao passo que a criança também vai ganhando espaço como indivíduo consumidor. Assim, fruto dessa concepção moderna, a infância ganha um sentido mais afetivo, no qual é compreendida como um momento especial e que, portanto, necessita de cuidados específicos. (Áries, 1981; apud Miranda, 1989).

A aprendizagem social passa então a ser papel da educação escolar sendo os pais, responsáveis pela formação moral e espiritual das crianças. Logo, com o surgimento dessa nova formulação de família, se insere a vida privada, a intimidade e a afetividade entre seus membros. (Áries, 1981; apud Miranda, 1989).

Além da fundamental importância da família no processo de socialização da criança, sendo seu contato mais primitivo com o mundo social a qual promove a aprendizagem mais básica da cultura, dentre eles a linguagem, os valores morais, padrões de comportamentos, dentre outros elementos iniciais adquiridos pela criança em contato com a rede familiar, ela também promove as bases para o desenvolvimento da personalidade e da identidade. (Gomes, 1992).

Para Miranda (1989) não obstante sua origem social, toda criança passa por um processo de maturação biológica, processo este que depende da mediação do adulto. No entanto, as formas de mediações decorrem de diversas maneiras, podendo ser até mesmo opostas, dependendo da condição social da criança. Nesse sentido, não cabe referir-se a existência de uma natureza infantil, uma vez que remete a ideia de igualdade entre todas as crianças, mas cabe dizer de uma condição de criança, sendo esta, socialmente determinada, desde aspectos biológicos a fatores sociais, os quais produzem uma realidade concreta. (Miranda, 1989).

Dentre os fatores de diferenciação das crianças, pode-se considerar a família, a classe social, os espaços de convivência como o bairro e até mesmo a igreja. Sendo essas, inclusive a família, instâncias que também reproduzem, contraditoriamente, a coesão da criança às estruturas sociais. (Gomes, 1992).

A família, ao inserir o homem em sociedade, interioriza o trabalho, a classe e a sociedade, por mediação daqueles que estão sob sua tutela, através das condições particulares de trabalho as quais se inserem. Desse modo, estas interiorizações antes mesmo de se constituírem de experiências pessoais do sujeito, se constituem da experiência do outro, isto é, dos mediadores familiares, considerando por sua vez, a história da família, ou seja, a transmissão de costumes de gerações antigas para as mais novas. Portanto, a família age também, em um movimento contraditório que se mistura entre a diferenciação das crianças e perpetuação de alguns elementos de coesão, visto que, por estar atravessada também por ideais de uma cultura concreta, transmite o consenso, determinados pelas exigências culturais. (Gomes, 1992).

Dentre as instâncias de unificação, pode-se destacar principalmente a escola, visto que esta também visa a coesão social, com o objetivo de perpetuar normas e valores que são comuns a todos os constituintes de uma sociedade. (Belloni, 2007). Embora, ao mesmo tempo em que a escola, enquanto instituição social, transmite o consenso, ela também atua como agente crítico a esta coesão social, trazendo em seu bojo as contradições históricas através das quais se constituiu e se estabeleceu. (Miranda, 2005).

Berger e Luckmann (1976), delineiam a socialização primária como o primeiro momento em que a criança entra em contato com a socialização, tornando-se assim, “membro da sociedade”. A partir do contato primário com a família a criança se identifica e passa a significar

componentes que compõem o bojo do mundo social. Já a socialização secundária, caracteriza-se como todo processo em sequência que insere a criança já socializada em novos campos do domínio objetivo da sociedade, especialmente a escola. Portanto, de acordo com o autor, existe uma relação de dependência da socialização secundária perante a primária. (Berger e Luckmann; 1976 apud Gomes; 1992).

Ademais, uma função essencial que surge inicialmente com a família é de “ensinar a criança a aprender” (Institut Vanier, 1981; apud Gomes 1992). Tal função, indica uma espécie de relação interdependente entre escola e família. Portanto, o locus familiar promove o manuseio da aprendizagem, isto é, a criança aprende alguns instrumentos para executar tais aprendizados que serão fundamentais no manejo escolar. (Gomes, 1992).

Enquanto realizamos nossas aprendizagens primeiras no interior de nosso grupo doméstico, muito além do conteúdo específico dessas aprendizagens, estamos aprendendo uma modalidade particular de realizá-las, típica de nossa família, e que nos diferencia de nossos companheiros de mesma faixa etária e de mesma classe. (Gomes; 1992, p.97).

Assim, ao chegar à escola a criança já reconhece algumas funções que auxiliam no processo de aprendizado. No entanto, dependendo do nível de contiguidade e coerência entre as duas instâncias, essa interdependência entre família e escola, pode facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem. Visto que, ao estimular a aprendizagem indiretamente, antes mesmo do início da vida escolar, a família se torna fundamental e uma facilitadora do processo de aprendizagem posterior, na escola. (Gomes, 1992).

Cabe ressaltar que a escola não se caracteriza como uma extensão da família e vice-versa, pelo contrário, ambas possuem funções distintas e estão atravessadas pelos modos de subjetivação advindos do mundo do trabalho.

Nesse sentido, como processo secundário e fundamental de socialização, a escola é um fator determinante no processo de desenvolvimento cognitivo e social da criança, ela permite a construção da identidade, o pertencimento ao mundo, promove a aquisição de princípios éticos que atravessam a sociedade, promove o pensamento crítico e a criatividade. A escola é o local onde a criança estrutura e organiza aquelas aprendizagens mais básicas transferidas pela família no início de sua existência. No ambiente escolar as crianças convivem com dúvidas, expectativas, inseguranças, e nutrem perspectivas sobre o outro e si mesmas. (Borsa; 2007).

Para Piaget (1994, apud Borsa, 2007), no período escolar tem-se uma mudança de paradigma, as crianças por volta dos sete anos de idade, evoluem da moral heterônoma para a moral autônoma. A primeira refere-se a moral da obediência à autoridade, ou seja, o bem está relacionado àquilo que é imposto, a ideia de cumprir com um dever. A segunda ganha mais

forma e elaboração ao passo que não se baseia somente na obediência a um determinado dever, mas ganha caráter de reciprocidade, nela, é investido a personalidade do sujeito, a identidade, superando a heteronomia para qual a moral é superficial e se limita a consciência. (Demo; La Taille & Hoffmann, 2001; apud Borsa, 2007).

As crianças, nas suas relações com os iguais, descobrem que é necessária a reciprocidade, para agir conforme as regras, levando em conta que as regras são efetivas, se as pessoas concordarem em aceitá-las. Sua procedência não mais deriva da autoridade externa, mas resultam de convenções acordadas entre indivíduos e, portanto, podem ser modificadas. (Piaget, 1994; apud Borsa, 2007, p.3).

Em suma, a inserção da criança no ambiente escolar permite o acúmulo de experiências que não são contempladas apenas no bojo familiar, uma vez que, segundo o autor, a escola é um “microcosmo da sociedade” Isto é, uma pequena parte do mundo social, organizada de forma mais racional do que afetiva, com práticas mais objetivadas na reprodução social. (Resende, 2013). Assim, é na escola e para além da transmissão de conhecimentos científicos, que a criança se relaciona com o outro, com as diferenças diversas, com um sistema dotado de normas a qual está imersa. (Palácios, 1995; apud Borsa, 2007).

Com o advento da psicanálise e a descoberta do inconsciente, é possível contemplar outras perspectivas que subsidiam o fazer educacional e proporcionam reflexões aos pedagogos a partir da apresentação do funcionamento do aparelho psíquico vinculado às tramas sociais, o que possibilitaria a reflexão sobre a relação entre a razão e os afetos e o seu intrínseco e paradoxal entrelaçamento. e a potência dessa reflexão para problematizar inúmeras concepções acerca dos processos de aprendizagem. Ademais, para Freud a educação vai além do lócus escolar, mas “implica em cultura, civilização, processo de formação, desenvolvimento social e coletivo”. (Resende, 2013, p.148).

Por conseguinte e especialmente, a educação “está atravessada pelo sujeito psíquico, sujeito do inconsciente e desejo”. (Resende, 2013, p.149). Isto é, não se reduz apenas a consciência, ou ao que pode ser facilmente acessado. Portanto, para além da transmissão do saber científico, o inconsciente está sempre presente, mas foge do controle do pedagogo e do próprio indivíduo, pois não se refere a ordem do material e não pode ser regulado ou medido. (Resende, 2013)

Por fim, a teoria psicanalítica diz de uma escola voltada para a mediação do sujeito desejanste com o mundo, no qual é possível reconhecer-se e identificar-se no outro, na diferença, sendo estes, elementos fundantes na experiência integral do indivíduo com o mundo no qual reconhece o outro e assim reconhece a si mesmo. (Resende, 2013).

Ademais, dentro do funcionamento contemporâneo de sociedade, que é pautado pela globalização econômica e cultural a qual predomina a intensa presença de mídias eletrônicas, outras formas de sociabilidade são construídas a partir das experiências vividas pelas crianças nessa conjectura. Segundo Belloni (2007), tais experiências se caracterizam a partir de alguns aspectos, como:

[...] pela confusão entre a vida privada e a vida pública; pela obnubilação das fronteiras entre o mundo adulto e o mundo infantil; por uma maior reflexividade; e por um fosso tecnológico entre as gerações que subverte a relação tradicional entre o adulto que sabe e a criança que não sabe. (Belloni, 2007, p.58).

Assim, na sociedade contemporânea, dentre outros fatores de mudanças que afetam e transformam as formas de sociabilidade, as mídias, essencialmente, desempenham um papel fundamental, uma vez que atravessam diversas instâncias centrais de socialização como a família e a escola. Tais instâncias permanecem como fundamentais no processo de socialização, no entanto suas ações estão profundamente afetadas e são transformadas pela modernidade a qual está atravessada pelas novas tecnologias e mídias eletrônicas. (Belloni, 2007).

## **CAPÍTULO II**

### **MÍDIAS SOCIAIS E A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA**

Na sociedade contemporânea, dentre outros fatores de mudanças que afetam e transformam as formas de sociabilidade, as mídias, essencialmente, desempenham um papel fundamental, uma vez que atravessam diversas instâncias centrais de socialização como a família e a escola. Tais instâncias permanecem como fundamentais no processo de socialização, no entanto suas ações estão profundamente afetadas e são transformadas pela modernidade a qual está atravessada pelas novas tecnologias e mídias eletrônicas. (Belloni, 2007).

A mídia, entendida como um meio de comunicação humana mediada por algum aparato tecnológico, está presente no cotidiano dos sujeitos e vem sofrendo transformações e transformando as formas de funcionamento individuais e coletivas, visto que todos os seres humanos em quaisquer que sejam as dinâmicas da sociedade a qual fazem parte, se ocupam da produção e da troca de informações e de conteúdos simbólicos, aspectos centrais da vida social. (Thompson, 1995).

Tais formas simbólicas, compreendem: “ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (Thompson, 1995, p. 176.). Com o advento da modernidade e o desenvolvimento de diversas instituições de comunicação, essas formas simbólicas são produzidas e ampliadas de forma que a constituição da mídia transforma a natureza da produção e das trocas simbólicas. (Thompson, 1995).

Portanto, de forma geral, a mídia é entendida como um meio de comunicação, a qual possui uma dimensão simbólica convicta, isto é, relaciona-se com a produção, a estocagem e o giro de insumos, sendo estes, significativos aos indivíduos que o elaboram. Para tanto, é importante sublinhar que tais transmissões de formas simbólicas decorrem em contextos históricos específicos, sendo fundamental a análise e interpretação dos meios de comunicação de massa de acordo com a conjuntura histórica e a estrutura social. (Thompson, 1995).

Tendo em vista tais questões, com ênfase em uma perspectiva crítica ao modo de produção capitalista e no estudo dos meios de comunicação de massa, a conceituação de Indústria Cultural é concebida por Adorno e Horkheimer em meados dos anos 40. (Campos, 2006).

Tendo como base a visão marxista de homem e de suas relações sociais, Adorno e Horkheimer, por meio do aprofundamento dos estudos sobre a comunicação de massa, elaboram o conceito de Indústria Cultural que, de forma geral, traduz “Os aspectos culturais da vida moderna sendo mercantilizados pelo sistema”. (Campos, 2006, p.7). Ao passo que ao se apropriar dos bens culturais, o capitalismo detém e manuseia uma ferramenta fundamental de poder e dominação social.

A partir dessa conjuntura, as produções culturais estruturadas a partir do padrão capitalista que as reproduz aos seus moldes, ganham um valor de troca, isto é, se transformam em mercadorias ao passo que perdem seu valor essencial e primevo. Tais processos, são percebidos como uma forma de reprodução dos valores de dominação do modo de produção capitalista, assumindo uma função de alienação da arte. (Campos, 2006).

Nesse caso, a configuração objetiva do bem cultural influi perigosamente na experiência subjetiva e, à medida que essa reciprocidade se torna um hábito, configura-se uma estrutura de consumo empobrecedora da experiência. Há uma suposta ausência do valor de uso na mercadoria cultural que se transforma, ela própria, em valor de uso. (Duarte, 2003, p.161).

Nesse sentido, seu caráter alienante está no fato de que a cultura, através da qual os meios de comunicação de massas suprimem o pensamento e posicionamento crítico, por meio do consumo através das mídias, obscurece e limita os mecanismos de reflexão e crítica dos indivíduos mergulhados nesse universo. (Campos, 2006).

Assim, o termo designado, indústria cultural, é concebido a fim de se opor ao sentido de cultura de massas, visto que a cultura não se origina a partir da massa, mas sim, para a massa, visto que, a indústria cultural, desenvolve e determina produtos propícios ao consumo dessas massas. (Masson, 2010).

Nesse sentido, sendo a produção cultural estabelecida conforme a dinâmica das relações capitalistas, a indústria cultural responde e reproduz tal molde econômico e por conseguinte, evidencia a apropriação do indivíduo pelo modo de produção capitalista, uma vez que este desfigura as consciências individuais, incorporando a massa ao processo como um todo. (Campos, 2006).

Aprofunda-se no estudo dos meios de comunicação de massa trazendo, talvez como um dos maiores benefícios, o conceito de Indústria Cultural. Neste, os bens culturais da humanidade são apropriados pelo capitalismo onde passam a operar como mais uma

ferramenta de dominação social e desvalorização ou esvaziamento do conceito de arte. (Campos, 2006, p.2).

Ademais, de acordo com Masson (2010), o caráter racional marcado pela Indústria Cultural, vai além somente do processo de produção, mas engloba também reprodução, distribuição e consumo. Logo, além da produção e divisão do trabalho, cunha-se ainda a produção individual, isto é, por meio da ideação de um produto único e especial que é apresentado para consumo, outra questão se evidencia de forma encoberta, a homogeneização de comportamentos e pensamentos. “Os homens em condição de heteronomia, passam a operar de acordo com ditames externos, semelhantes àqueles da estrutura econômica”. (Masson, 2010, p.64).

Tendo em vista o ritmo acelerado presente na produção industrial, no contexto fabril o tempo é reduzido a produtividade, assim em contrapartida, o ócio e o lazer são discriminados pela lógica capitalista. Logo, surgem campanhas midiáticas a favor do trabalho e da família como formas de controle social. Entretanto, devido a aceleração e intensificação produtiva surge cada vez mais a necessidade de consumidores, tornando assim, o tempo de fora do espaço de trabalho uma ferramenta potente de consumo. “Se a racionalidade do trabalho se expande para a vida privada, o controle e a supervisão também invadem os lares e o lazer do sujeito”. (Masson, 2010, p.64).

Os elementos da indústria cultural deformam a fantasia e os sentidos do sujeito. [...] O sujeito é objeto de manipulação, convencido da necessidade de uma infinidade de produtos ditados comumente a partir dos meios de comunicação e persuadido com a ideia de que estes lhe trarão o alívio para o mal estar. (Freud, 1929, apud Masson, 2010, p.68).

Nesse sentido, o ser humano desempenha papéis sociais até mesmo quando se está em seu tempo livre, uma vez que ao assistir programas de televisão, jornais, filmes, acessar a internet, é atravessado pelo controle midiático. A mídia dispõe de uma infinidade de opções para que o consumidor escolha como preencher seu tempo livre. (Campos, 2006). Haja vista que a comunicação de massas ocupa um lugar privilegiado dentre os espaços de lazer, sendo, portanto, agentes fundamentais de socialização. Dessa forma, as mídias são instituições primordiais nas sociedades contemporâneas, a qual, compreende instâncias econômicas, políticas, culturais e sociais. (Kellner, 2001, apud, Campos, 2006).

Visto que, a banalização da cultura frente a sua transformação em mercadoria, transcreve o conteúdo central da indústria cultural, os meios de comunicação, detém papel fundamental que auxiliam na materialização dos desejos construídos de acordo com a lógica produtiva. Por meio de dispositivos psíquicos de identificação, a mídia comercializa a satisfação ilusória de desejos e

necessidades, produto da indústria cultural atrelada ao capitalismo. (Rudigger, 2002, apud Betti, 2005).

Nesse sentido, para Souza (2020, p.131), “a indústria cultural não apenas fabrica produtos destinados ao consumo, mas também produz objetivamente o consciente e o inconsciente dos sujeitos consumidores para o que ela fabrica”. Para o autor, a teoria da indústria cultural está estreitamente relacionada à teoria Marxista de fetichismo, uma vez que, as questões referentes à indústria cultural trazem em seu bojo noções de uso, valor e troca.

Souza (2020) propõe analisar as personagens da televisão sob a ótica do fetichismo, uma vez que entende que a televisão como um produto da indústria cultural, segue um mesmo padrão irracional de produção de mercadorias na construção dos personagens, isto é, os personagens criados pela televisão nada mais são do que mercadorias, que reduzem e objetivam o ser humano e se distancia da realidade dos indivíduos reais.

A televisão, tanto em sua forma quanto seu conteúdo, encarna as formas sociais do processo mercantil de produção estendidas à esfera da cultura, e por isso está comprometida de antemão e por princípio com as aparentes dicotomias entre a universalidade e as particularidades, entre a sociedade e o indivíduo. (Souza, 2020, p.147).

O fetichismo, derivado de um processo histórico de individuação e base do sistema capitalista, promove a reprodução da irracionalidade do trabalho, isto é, dentro do processo capitalista, o trabalho obedece às exigências de reprodução do capital. (Souza, 2020).

Sendo assim, entende que a produção de personagens é sobretudo um “determinante determinado” (Mészáros, 2008, apud Souza 2020, p.138). Se por um lado, as personagens televisivas são determinantes para o processo de individuação, por outro lado, são determinadas por um processo anterior de individuação presentes no arranjo capitalista. (Souza, 2020).

Para Kehl (2004) a mídia forja os sujeitos que o mercado necessita, elaborando antecipadamente a percepção de realidade de seus consumidores e obtém como resultado, a partir disso, sujeitos prontamente capacitados a acatar, sem conflitos, as demandas de consumo impostas nesse enredo. Isto é, os “efeitos fetichistas das mercadorias” as quais regulam as subjetividades e o modo de estar do ser humano. (Kehl, 2004, p.67).

Sendo assim, Kehl (2004), aponta que o próprio conceito de fetiche se expande ao passo que as mídias ganham destaque na sociedade contemporânea, perpassando apenas a lógica da mercadoria, como objeto, para a imagem fetichizada. Logo, a percepção de fetiche presente nas sociedades pós-modernas, se voltam, principalmente, para as imagens.

Minha hipótese é de que as sociedades do espetáculo, [...] tiveram que efetuar um retorno das propriedades do fetiche: dos objetos para os corpos humanos. Ou melhor: para os corpos de alguns seres humanos. Se num primeiro momento o fetiche se encarna na mercadoria, objetivando nessas relações de troca as condições subjetivas de sua

produção, a circulação imaterial desta forma tecnologicamente superdesenvolvida de mercadorias - as imagens, em sua incorporeidade eletrônica - produz o investimento das mesmas crenças que sustentam o fetiche, sobre a imagem dos indivíduos mais destacados nesta produção de espetáculos. (Kehl, 2004, p.80).

Ademais, Kehl (2004) pondera que uma forma de fetiche não anula a outra, isto é, o fetiche da mercadoria não se extingue ao passo que ocorre um fortalecimento do fetiche das imagens, mas, visto que na contemporaneidade tem-se uma forte presença das mídias e do consumo de imagem, a ideologia do fetichismo da mercadoria se desloca para o espaço ao qual se propagam as imagens. Portanto, nessa conjuntura, a sociedade de consumo, amparada pelas mídias tecnológicas, contempla uma subjetividade fetichizada, ao passo que cultuam a imagem de outras, de forma que já não reconhecem a si mesmos.

Nesse sentido, os dispositivos que propagam informações e produzem entretenimento configurados pela indústria cultural, acarretam em uma cultura midiática ao passo que influenciam a percepção, constroem relacionamentos. Logo, determinam comportamentos e apropriam-se objetivamente da subjetividade do indivíduo assujeitado nesses processos. (Betti, 2005).

Acerca da comunicação humana e sua constituição histórica, Betti (2005, apud Baitello, 2003), abrange o desenvolvimento comunicacional percebido em sociedade. Inicialmente, as formas de comunicação humana eram realizadas pelo corpo, a mídia primária, por meio da linguagem verbal e não verbal. Posteriormente, a mídia secundária surge por meio de imagens, escrita, fotografias e pinturas, através das quais, o emissor utiliza um aparelho para passar a mensagem. E por fim, a mídia terciária, a qual compreende os meios de comunicação, no qual, emissor e receptor utilizam de aparatos tecnológicos como intermediários da mensagem.

Quanto a isso, Baitello (2003, apud Betti, 2005), ainda reflete sobre as consequências decorrentes das transformações nos processos de mediação da comunicação, ao passo que a mídia terciária, ou seja, a mediação mais complexa, avança exorbitantemente e atravessa as mediações mais básicas. Assim, a extensa produção de imagens acopladas à reprodução ilimitada desencadeia uma ampliação da visão em relação aos outros sentidos, ao passo que a superfície bidimensional se sobressai perante a tridimensionalidade a qual engloba sentidos táteis presentes nas mediações primárias. Logo, ocorre um empobrecimento de sentidos na comunicação terciária, pois aspectos relevantes como gestos e expressões escapam durante a interação.

Em relação a isso, Thompson (2018), desenvolveu em seus estudos sobre mídia, a teoria de que os meios de comunicação, bem como seus impactos, devem ser analisados considerando os tipos de ação e interação que provocam, isto é, analisar apenas os fenômenos isoladamente não seria suficiente, sendo necessário analisar seus efeitos e a relação entre ação e interação que

o uso das mídias acarretam na vida social. Assim, entende-se que os meios de comunicação não só transmitem informação e conteúdo simbólico, mas criam também novas formas de ação e interação de relações sociais e de novos relacionamentos com o outro e com o próprio indivíduo.

Para isto, inicialmente sistematizou-se três tipos básicos de interação que distinguem os meios de comunicação. A interação face a face, decorre em um espaço de copresença, isto é, espaço em comum compartilhado por um conjunto de pessoas que interagem, também tem como característica, o caráter dialógico, envolvendo um curso bidirecional de comunicação e informação. E por fim, transporta uma série de sinais simbólicos, como gestos, expressões faciais, toques, dentre outros aspectos visuais e sensoriais que englobam o contexto presencial. (Thompson, 2018).

Outro tipo de interação é caracterizada por interação mediada, como uma conversa via telefone ou cartas. Nesse tipo, a comunicação é mediada por um meio técnico, o qual permite a transmissão de informações ou conteúdos simbólicos sem que seja necessário a presença no mesmo tempo e espaço. Embora esse tipo de comunicação tenha caráter dialógico, inclui certa dificuldade em relação aos sinais simbólicos, uma vez que a principal via de comunicação é a fala ou a escrita, não havendo expressões, gestos etc. (Thompson, 2018).

O terceiro tipo de comunicação, é definida como quase-interação mediada, isto é, a forma de interação produzida pela mídia, como os livros, jornais, rádio, televisão. Como a anterior, esta também estende as relações sociais no espaço e tempo e reduz os rastros simbólicos. No entanto, a diferença entre ambas, é que esta é de cunho monológico, sendo o fluxo de comunicação, em sua maioria, unidirecional. E além disso, é aberta, a qual se direciona para um indefinido grupo de destinatários. (Thompson, 2018).

Em vista disso, o autor acrescenta:

Contudo, o aspecto importante do argumento é destacar aqui que o nosso envolvimento com a mídia, como os jornais e a TV, é uma forma de interação: quando se assiste à televisão ou se lê um jornal ou livro, não se está apenas recebendo ou consumindo um produto de mídia, mas penetra-se em um tipo distinto de interação social com outras pessoas que estão distantes no espaço e talvez também no tempo. (Thompson, 2018, p.20).

Ademais, em um contexto contemporâneo, a partir da revolução digital e o fortalecimento e crescimento da internet amparados a novas formas de comunicação em rede, Thompson (2018), inclui um novo tipo de interação que permeia o atual contexto, chamada de interação mediada on-line. Mediada pelo uso de aparatos tecnológicos, como computadores e smartphones, desenvolve-se novas formas de ação e interação que perpassam a comunicação na vida cotidiana. (Thompson, 2018). Sendo assim, as mídias online envolvem, como as demais

formas de interação mediada, um ampliação das relações sociais e redução das possibilidades de pistas simbólicas, isto é, as expressões corporais, gestos, toques, etc. Assim, o tipo de comunicação online possui caráter dialógico e é direcionada para múltiplos destinatários, “É de muitos para muitos, e não de um para um”. (Thompson, 2018, p.20).

Ao pensar as diversas formas de interações e seus tipos de mediação, percebemos que ao longo das transformações históricas, culturais e sociais, houveram diversas modificações fundamentais que permeiam o uso dos meios de comunicação associadas sobretudo ao avanço das sociedades modernas. Tendo em vista que no decorrer da maior parte da história a maioria das formas de comunicação foi a face a face, na qual, a comunicação se baseava principalmente pela oralidade e pelas trocas simbólicas presentes no tempo e espaço compartilhados durante a interação, pode-se contemplar alguns efeitos que envolvem as transformações promovidas pelos diversos tipos de mediação na esfera comunicacional. (Thompson, 2018).

De acordo com Thompson (2018), na medida em que modificam as combinações de interações, as formas com as quais os indivíduos aparecem, para o outro e diante do outro, também se transformam. Logo, na interação mais básica, face a face, os participantes se colocam visíveis uns aos outros, uma vez que compartilham o mesmo espaço e tempo, assim, apresenta caráter recíproco pois todos os participantes estão visíveis no contexto específico. Já nas novas formas de comunicação, principalmente em relação às mídias online, a interação é estendida juntamente com o campo de visão. (Thompson, 2018).

Assim, os meios de comunicação moldam o campo de visão de acordo com suas particularidades e objetivos. No caso da televisão, essa visibilidade não possui reciprocidade, mudando a direção da visão que é unidirecional. Já a mediação online, sobretudo a comunicação em rede, substitui a unidirecionalidade da visão pela multidirecionalidade, isto é, os indivíduos dispõem de meios para se fazerem visíveis a outros atores diversos e distantes. (Thompson, 2018).

Os indivíduos, as ações e os eventos agora estão visíveis de maneiras que eles simplesmente não estavam no passado, e qualquer pessoa com um smartphone tem a capacidade de tornar as coisas visíveis para centenas ou até milhões de pessoas de formas que antes não eram possíveis. (Thompson, 2018, p. 35).

É importante, portanto, ponderar acerca dos efeitos que as mídias propiciam dentro dos processos de socialização, constituição de subjetividades e formação do sujeito, haja vista que há diversos fatores que englobam o funcionamento das tecnologias que podem beneficiar ou prejudicar o processo de desenvolvimento subjetivo do sujeito. (Thompson, 2018).

Jerusalinsky, (2017) discorre sobre a velocidade através da qual as informações são entregues no contexto das mídias sociais. A velocidade de informações e imagens, as quais

estamos expostos todos os dias por meio das telas atreladas a inúmeros estímulos sensoriais que esgotam o sistema perceptivo, modificam a maneira como processamos os estímulos que experimentamos, logo, para um bom funcionamento dos processos mentais é necessário tempo para absorver as informações e imagens e posteriormente elaborar seus significados. (Jerusalinsky, 2017).

É preciso um intervalo temporal para esquecer e rememorar, para passar do impacto inicial cheio de cores estridentes a uma evocação que revisita a vivência, transformando-a em memória, às vezes com cores mais queimadas e esmaecidas ou com formas mais fragmentadas, em que as percepções são deformadas e reconstruídas pelo que se transforma também no sujeito quando ele, através da passagem do tempo, alinhada e realinhada sua narrativa, retomando os traços nele inscritos e podendo ressignificá-los de forma inusitada em sua extensão e associação discursiva. (Jerusalinsky, 2017, p.14).

Nesse sentido, a rapidez na qual as informações são veiculadas nas mídias, demandam um grau de atenção constante aos acontecimentos atuais, logo, a necessidade de estar sempre em alerta prejudica as elaborações necessárias ao processo de construção de pensamento do sujeito, uma vez que durante o processo de elaboração aquelas informações já estariam ultrapassadas diante do novo que se manifesta. Fazendo assim com que o sujeito, juntamente com seus aparelhos eletrônicos experiencie constantemente a obsolescência programada (Jerusalinsky, 2017). Isto é, um produto planejado para se tornar não funcional dentro de um período estipulado.

Acerca disso, Jerusalinsky, (2017) a fim de fazer um paralelo com o termo visualização, retoma o sofisma do tempo lógico de Lacan, a qual, diz de três tempos, o tempo de ver ao receber uma percepção; o tempo de compreensão e o tempo de conclusão. Assim, ao receber uma percepção, é fundamental decorrer esses três tempos, necessário para uma elaboração eficiente. No entanto, diante do cenário tecnológico, o verbo visualizar, estabelece uma transformação nas formas de relação entre interlocutores, assim, no momento em que uma mensagem é visualizada, o tempo de elaboração perde espaço para a urgência de resposta imediata. (Jerusalinsky, 2017).

Essa visualização, que requer uma resposta imediata, impulsiona o ato reflexo e reduz o ato conduzido que transita entre aspectos conscientes e inconscientes que envolvem a subjetividade humana. Portanto, diante desse contexto de visualização imediata e resposta imediata, o tempo de compreensão e elaboração é comprimido, logo, reduz ao sujeito a escolha dos seus significantes. (Jerusalinsky, 2017).

Em vista disso, Kehl (1995), já trazia à tona certa inquietude com o bombardeio de informações que as novas tecnologias anunciam e a repercussão disso para o sujeito

contemporâneo, com destaque para a televisão, que por muito tempo foi o principal meio de comunicação tecnológico, mas que atualmente perde espaço para novas mídias mais elaboradas durante o processo de globalização e propagação tecnológica. Acerca disso, ela pondera: “minha preocupação em relação ao fluxo de informações emitido pela televisão é tentar entender o que se passa com uma das dimensões mais importantes da relação do sujeito com a realidade, que é a dimensão do pensamento” (Kehl, 1995, p.169).

Assim, para Kehl, as mídias eletrônicas tomam o papel de mediadores entre o receptor e a realidade, o que possibilita o desenvolvimento no sujeito de uma relação imaginária de realização dos desejos que prescindem do pensamento. Nesse sentido, ao se deparar com o fluxo de informações e conteúdos massivos que as mídias propagam, o sujeito se encontraria aparentemente com o desejo e a resposta ao desejo de forma contínua e ininterrupta. Portanto, antes mesmo que o indivíduo possa se questionar acerca do que deseja, a mídia prontamente faz esse papel por ele, já trazendo a resposta à satisfação de tais anseios antes mesmo que o indivíduo possa colocar em causa a pergunta acerca dos seus desejos. Uma vez que as mídias proporcionam ilusoriamente todas as possibilidades ao sujeito, este não necessita formular pensamentos sobre os mesmos, dúvidas, enigmas, isto é, ao passo que o princípio do prazer não fracassa não há motivos para refletir e formular pensamentos sobre tais questões, uma vez que o pensamento demanda uma espera e a aceitação de uma demora. (Kehl, 1995).

Ainda de acordo com Kehl, a expansão da indústria cultural na contemporaneidade traz como consequência a espetacularização da subjetividade do sujeito que está atravessado por essas instâncias midiáticas. A partir do consumo de imagens e de informações, a vida é exprimida em imagens, de forma que toda a vida social é consumida pelo espetáculo. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou toda a vida social. Não se consegue ver nada além da mercadoria – o mundo que se vê é o seu mundo”. (Débord, 1967 apud Kehl, 2015, p.72).

Nesse sentido, a mercadoria e o consumo são fatores importantes na compreensão da espetacularização, da qual a mídia se apropria e produz, e na qual o sujeito está inserido. De acordo com Kehl, mesmo quando o indivíduo não consome as mercadorias que são propagandeadas pelas mídias, ele consome as imagens produzidas para seu entretenimento. Assim, o consumo não se relaciona apenas à contemplação de imagens mas também a identificação a elas. “Espelho espetacular de sua vida empobrecida”. (Kehl, 2015, p.72).

Assim, o espetáculo vai além do mero conjunto de imagens, mas é uma relação social entre os sujeitos mediada por imagens, portanto, tais imagens se traduzem em fetiche, isto é, aquilo que está em evidência é propício “o que aparece é bom, o que é bom aparece”, logo todo o

reconhecimento social que os indivíduos buscam depende plenamente da visibilidade espetacular posta nos meios de sociabilidade produzidos pelas mídias. (Kehl, 2015, p.75).

[...] em qualquer forma de vida humana a primeira certeza de nossa existência se forma a partir da constatação de que o Outro nos vê, [...] Dependemos do espetáculo para confirmar que existimos e para nos orientar em meio a nossos semelhantes, dos quais nos isolamos. (Kehl, 2015, p.75).

Além disso, acerca dos impactos sobre a produção e consumo de imagens, Rocha e Castro (2009), reconhecem que, a conversão do mundo em “fato de imagem” atravessa questões estéticas e éticas, que devem ser problematizadas.

Assim, a estetização do cotidiano e o imperativo da visibilidade são investigados em sua penetração no dia-a-dia, permitindo reflexões sobre a irremediável associação entre a cultura do espetáculo e a educação de nossos sentidos. As dinâmicas de visibilização incessante configuram verdadeiras arenas de disputa pela conquista de atestados de existência midiáticos. Nessas arenas do visível, homens e mulheres buscam, a todo custo, manter-se em cena. (Rocha, Castro, 2009, p.52).

Se o indivíduo está em toda parte, onde ele está de fato? Tal contradição traduz os efeitos da produção e consumo acelerado de imagens presentes na mídia na atualidade, que extrai como resultado impactos de ordem existencial. Ao transformar tudo em imagens, a realidade tangível que possuímos por meio dos sentidos fica prejudicada, modificando assim, a percepção do mundo e de si mesmo. (Virilio, 1998, apud, Rocha; Castro, 2009). Nesse sentido, a compreensão de si e do mundo se modifica devido a ampliação e a posição central que as “máquinas de visão” como as televisões, telas de aparelhos eletrônicos, que estão voltados para a propagação de imagens, assumem na atualidade. (Virilio, 1998, apud, Rocha; Castro, 2009).

Tamanha proporção em que o alcance das imagens atinge na contemporaneidade, se deve ao fato de que, mais que adoradas, as imagens aprofundam em um campo gradativamente mais autônomo. Se anteriormente eram necessárias grandes produções audiovisuais e cinematográficas para garantir um entretenimento potente, atualmente as produções imagéticas e criação de conteúdos acelerados tendem a se democratizar. Todos podem produzir entretenimento, de forma rápida e acessível, promovendo assim, uma ilusão de uma nova realidade. (Jameson, 1994, apud, Rocha; Castro, 2009, p. 53).

Por meio da estetização da realidade, a imagem se cotidianiza ao passo que se torna um componente constitutivo do dia a dia. Assim, o que delimita e atribui especificidade ao estético desaparece. As imagens espetacularizadas ocupam um campo genérico, no qual, suprime a subjetividade e distancia os sujeitos não somente de seu contexto social imediato, mas também da consciência de sua condição de ser social. (Jameson, 1994, apud, Rocha; Castro, 2009).

Ademais, é fundamental tencionar as contradições que abarcam tal democratização das imagens/entretenimento por meio da lógica midiática. Ao mesmo tempo em que os sujeitos

ganham espaço e destaque nos meios de comunicação através de seus conteúdos autorais, o mesmo sujeito ocupa um lugar de conformidade e igualdade de acesso, isto é, vivencia uma ilusão de participação e destaque. “Suponho participar da cena, suponho realmente vê-la, suponho estar me exprimindo, quando, em verdade, estou sendo representado pelo sistema”. (Sfez, 1999 apud Rocha; Castro, 2009, p.57). Assim, a obliteração do espaço público por imagens públicas, converte progressivamente, pessoas comuns, personalidades da mídia e estadistas, cada vez mais em personalidades midiáticas ao qual, todos pleiteiam um lugar de destaque na “arena de visualidade”. (Rocha; Castro, 2009, p.55).

Dispostos a desenvolver e estruturar estratégias de visibilidade, o sujeito, por conseguinte, passa a ocupar-se cada vez mais com a espetacularização da vida ao passo que se distancia de problemáticas substanciais, como as questões sociais, bem como de sua própria substância. “Tratar-se-ia, enfim, da transformação do social em fato de imagem”. (Rocha; Castro, 2009, p.55).

Com efeito, através das imagens espetacularizadas, o capital firma sua onipresença, uma vez que as mídias invadem a vida cotidiana ocupando vinte quatro horas sem cessar, do dia a dia das pessoas. Intermediando, nesse aspecto, a individualidade privatizada e espaço público, ao qual substitui. Ao passo que ocupa também o lugar imaginário do Outro. (Kehl, 2015).

Acerca disso, Kehl (2015), toma como exemplo a televisão, afirmando que:

A televisão tornou-se, desde o pós-guerra até hoje, um emissor de imagens tão onipresente e uniforme a ponto de ocupar o lugar imaginário do Outro nas sociedades onde ela impera. As mensagens televisivas, em especial a publicidade, em sua unidade técnica oferecem imagens à identificação e enunciados que representam, para o espectador, indicações sobre o desejo do Outro. (Kehl, 2015, p.73).

Além disso, tais características presentes nas mídias, sobretudo sua capacidade de oferecer identificação aos espectadores por meio de imagens, não é um mero aspecto impensado, ao contrário, essas engrenagens atuam como “meios de agir sobre o psiquismo através de uma manipulação combinada de imagens e paixões” (Lacan, ano, apud, Kehl, 2015, p.73). Sendo assim, o espectador é visto e partejado apenas como um consumidor em potencial, em que, a estratégia empregada pelas mídias, consiste em responder a desejos individuais, sob o fetiche da mercadoria. Isto é, apela-se para a dimensão do desejo singular do sujeito, ocasionando certa confusão entre objeto de desejo e objeto de consumo, forjando uma sensação de satisfação de necessidades. Logo, tal funcionamento reproduzido pelas mídias, sobretudo, transforma esse consumidor em um objeto da indústria. (Kehl, 2015).

A alienação do espectador em detrimento do objeto de consumo, resultado de processos inconscientes, se traduz em suprimir toda a sua singularidade, logo, quanto mais entretido pelas

imagens, menos vive em sua individualidade e quanto mais se identifica com essas imagens, menos entende seu próprio desejo e existência. (Debord, 1967 apud, Kehl, 2015). “Ao desejo, excitado por nomes e imagens cheios de brilho, o que enfim se serve é o simples encômio do cotidiano cinzento ao qual ele queria escapar” (Adorno, 1947, apud Kehl, 2015, p.76).

Para tanto, o objetivo principal da indústria cultural sobre o sujeito é fragilizar a individualidade, uma vez que tal subjetividade reproduz sua própria fragilidade. Assim, seu objetivo não é de direcionar-se ao consumidor como um ser pensante, mas sim de “desacostumá-lo da subjetividade”, ao qual resulta na dependência do sujeito para com as mídias. (Adorno, 1947, apud, Kehl, 2015, p.77).

Ocorre que a sociedade dos indivíduos “desacostumados à subjetividade” não é a sociedade dos homens capazes de estabelecer entre eles relações “objetivas”, ou seja, livres do excedente de alienação que o capitalismo industrial fabrica diariamente. Ao contrário, o que o espetáculo produz é uma versão hiper-subjetiva da vida social, na qual as relações de poder e dominação são todas atravessadas pelo afeto, pelas identificações, por preferências pessoais e simpatias. (Kehl, 2015).

Nesse sentido, ao passo que o indivíduo se exprime em consumidor e se afasta de sua subjetividade, a indústria cultural introduz uma subjetividade coisificada, espetacularizada. Isto é uma “subjetividade industrializada” (Kehl, 2015, p.77). A qual consome o indivíduo que busca incessantemente preencher o vazio de sua vida interna. Concebida por Lacan, como uma “paixão de segurança”, que exprime a paixão de pertencer e se identificar com a massa. (Lacan, 1947, apud, Kehl, 2015, p.78).

Em vista disso, depreende-se que nesse contexto de industrialização da subjetividade por meio do consumo espetacularizado, há um curso gradativo de desintegração e fragmentação do tecido social. De acordo com Macedo (2012), esse processo se relaciona ao abandono do Estado, o qual promove o desamparo dos indivíduos e conseqüentemente vivifica o sentimento de vazio interior. (Macedo, 2012).

Na atualidade predominam as formações de ego baseadas em idealizações que negam a impotência e castração, a passagem do tempo, ou seja, que negam o nosso desamparo da condição humana. Isso contribui para a constituição de uma subjetividade autocentrada e narcísica. (Macedo, 2012, p.).

Como consequência disso, surgem novas formas de sociabilidade, que indicam um enfraquecimento nas relações sociais e continuidade dos grupos. Dentro desse cenário, o homem está cada vez mais voltado para o consumo e a exterioridade. O sujeito é reduzido à dimensão da imagem e ao imediatismo. Nesse sentido, a espetacularização substitui a cidadania na industrialização da cultura. (Macedo, 2012).

Para tanto, a noção de sociedade do espetáculo, reflete a alienação e a manipulação ideológica que subsidia uma cultura de entretenimento cujo objetivo é produzir o desejo do outro

a fim de fabricar consumidores visando a potencialização do capitalismo. Sendo assim, a espetacularização por meio de regras próprias e intransigentes transforma, pacífica e objetivamente seu público na sociedade do consumo. (Rocha; Castro, 2009).

Nesse sentido, por meio da lógica mercadológica instrumental a mídia molda os desejos dos seus consumidores. Assim, os sentimentos se voltam para um único objeto, a mercadoria, visto que a dimensão do pensamento, da criatividade e da reflexão se direcionam para o controle inconsciente das ideologias do consumo culminando na formação de “subjetividades homogeneizadas e acríticas”. (Rodrigues; Caniato, 2012, p.230).

O fetichismo intrínseco ao valor de troca das mercadorias não se limita mais à produção, mas atinge o indivíduo e sua subjetividade. Conforme a cultura torna-se uma mercadoria, o consumidor passa a se relacionar com ela segundo seu valor de troca, por conseguinte o mundo torna-se reificado e sua consciência sobre ele, coisificada. (Rodrigues, Caniato, 2012, p. 232).

Sendo assim, a racionalidade da indústria cultural por meio da mediação da mídia, impacta profundamente a formação subjetiva do indivíduo. Visto que a indústria cultural em um contexto de desenvolvimento tecnológico e propagação acelerada de bens culturais, se volta mais à circulação do que a produção de fato. (Cohn, 1986, apud, Rodrigues; Canito, 2012). A ideia de indústria então, se relaciona às tarefas direcionadas a massificação, homogeneização e a pacificação aparente dos sujeitos, isto é, ela expressa a racionalidade técnica na qual se sustenta. (Rodrigues, Caniato, 2012).

Portanto, cabe destacar que a racionalidade técnica atravessa todos os âmbitos da vida humana, especialmente aqueles relacionados à produção dos bens culturais reificados. Pois, a partir da reprodução mecânica, isto é, a circulação em massa desses bens, que contrariamente promovem homogeneização e padronização. Logo, estabelece uma pseudoformação, uma formação voltada mais para a conformidade social e menos para a emancipação dos sujeitos. (Rodrigues, Caniato, 2012).

Nesse aspecto, considerando que tais bens culturais são disseminados especialmente por meio de aparatos tecnológicos e reproduzidos por diversas veiculações midiáticas é possível notar que a integração da cultura com as tecnologias propôs a revolução desses bens ao passo que impõe a assimilação acrítica como função principal e central da cultura a qual se torna uma manifestação da razão instrumental, isto é, a racionalização do pensamento em favor do capital. Nesse cenário, a ordem do quantitativo impera sob a ordem qualitativa, ou seja, o sujeito é qualificado apenas como uma estatística, um mero objeto de consumo dentre tantos, enquanto suas qualidades reflexivas são tão enfraquecidas e cerceadas que se perdem no caminho. (Rodrigues, Caniato, 2012).

A indústria cultural atua de forma intensa pela glamourização. Ela seduz o indivíduo, transmitindo-lhe o que ele pode ser, pode ter, pode conseguir e possuir, desde que se submeta, desde que consuma, participe. Ele será um rei, identificando-se, vestindo-se com o véu da cultura que a indústria cultural insiste em transmitir e chamar como tal. No entanto, é o rei destronado, porque é o ser do conformismo, da subordinação, mas que goza do status que lhe é conferido. Torna-se, então, mesmo sem o saber, cúmplice do processo psicossocial que o violenta. (Rodrigues; Caniato, 2012, p.233).

Visto isso, uma estratégia utilizada pela indústria cultural e consequentemente pelas mídias sociais, é a geração de necessidades. Toda mercadoria procura satisfazer uma necessidade. (Marx; Engels, 1987, apud. Rodrigues; Caniato, 2012). Assim, esse processo de forjar necessidades é essencial para garantir a reprodução do sistema capitalista, pois o fetiche da mercadoria se torna também um objeto de desejo humano. Portanto, a indústria cultural apresenta uma realidade utópica que é interiorizada e reproduzida pelos sujeitos. (Rodrigues; Caniato, 2012).

Assim, de acordo com Rodrigues e Caniato (2012) a indústria cultural é sua própria ideologia, não corresponde a um simples conjunto de ideias de dominação mas é uma pseudo experiência do real. Nesse sentido, bloqueia a reflexão a fim de impossibilitar que o sujeito identifique e reflita sobre as contradições sociais. Portanto, a indústria cultural invade não só a dimensão da consciência, mas também age sobretudo no inconsciente. Ela se apresenta principalmente no subjetivo por meio principalmente dos processos de identificação. (Rodrigues; Caniato, 2012).

Visto isso que a indústria cultural expressa a realidade por meio da racionalidade técnica instrumental, a estrutura psíquica do sujeito passa por algumas alterações em seus processos conscientes, como, elaboração do pensamento, tomada de decisões, julgamentos, etc. Tais processos fazem com que os sujeitos fiquem mais suscetíveis a manipulações identificatórias e aos impulsos inconscientes. (Rodrigues; Caniato, 2012).

Os processos identificatórios são fundamentais no processo de socialização, pois o sujeito orienta sua forma de se comportar e de constituir seus desejos por meio da sua relação com o outro. “A identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, pois é um trânsito desejante inconsciente.” (Freud, 2011a, apud, Rodrigues; Caniato, 2012, p.236). Assim, a identificação é fundamental na formação da personalidade do sujeito, pois proporciona ao indivíduo absorver aspectos do outro de forma que, por meio de múltiplas identificações, consiga elaborar sua própria identidade. (Rodrigues; Caniato, 2012).

Em vista disso, entendendo a importância dos processos identificatórios para a formação do sujeito, a indústria cultural atua nesses processos por meio de falsas identificações. O indivíduo atravessado por bens culturais se apoia em identificações inconscientes que escapam à

dimensão da consciência, isto é, do pensamento e elaboração reflexiva. De acordo com Rodrigues e Caniato (2012, p.237): “só pela liberdade de pensar e refletir é que o indivíduo captura, na relação social com os demais, aquelas características/valores em consonância com a sua verdade existencial.” No entanto, na falsa identificação promovida pela indústria midiática tais avaliações conscientes escapam ao sujeito de forma que apenas reproduz o objeto, negando assim a possibilidade de uma construção autônoma e emancipatória. Em geral, pela indústria cultural e os modelos identificatórios da mídia, os sujeitos se identificam mecanicamente com o outro e por meio desses, com todo o sistema, ao passo que suprime-se cada vez mais as características subjetivas e fortalece a homogeneização social. (Rodrigues; Caniato, 2012).

Por meio dos processos identificatórios (essenciais à constituição humana), a lógica da mercadoria é interiorizada nos indivíduos. Como consequência, a criatividade, a reflexão e toda a potência de transformação e criação que o ser humano tem são reduzidas a uma mera reprodutibilidade mecânica da vida. (Rodrigues; Caniato, 2012. p.239).

Portanto, a indústria cultural atua por meio da semiformação, isto é, uma falsa formação que se instala ao passo que as produções culturais simbólicas escapam de suas origens para servir aos interesses de consumo capitalista. Assim, o sujeito acredita estar recebendo cultura quando na verdade os bens culturais convertidos em mercadoria, não são nada mais, que pseudo cultura. (Adorno, 1996, apud, Rodrigues; Caniato, 2012).

### **CAPÍTULO III**

#### **A INFÂNCIA E AS IMPLICAÇÕES DA ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA PARA A CRIANÇA.**

A respeito da infância ou o sentimento de infância, tal qual produzido, sentido e entendido na contemporaneidade, não é tão somente uma fase do desenvolvimento dos seres humanos. Constituída a partir de um contexto sócio-histórico e cultural, o sentimento de infância é sobretudo uma criação do homem moderno imbuído por influências sociais, políticas, econômicas e culturais. (Pontes, 2007).

Nesse sentido, ao passo que o mundo sofre transformações, a noção de infância também tende a se modificar. A atuação da Indústria Cultural e seu forte poder formativo, transforma a sociabilidade das crianças em uma sociedade marcada cada vez mais pela eletrônica e o predomínio dos relacionamentos virtuais. (Pontes, 2007).

A infância é histórica, cultural e socialmente variável. As crianças são vistas – e vêem a si mesmas – de formas muito diversas em diferentes períodos históricos, em diferentes culturas e em diferentes grupos sociais”. (Martins, 2019, p.17 apud Buckingham, 2006, p.19).

Realizando uma breve contextualização histórica acerca da infância, pode-se notar diversas transformações que surgem ao passo que a sociedade se modifica. Sendo três momentos

fundamentais para entender a construção do sentimento de infância que temos hoje, a Antiguidade, a Idade Média e a Modernidade. (Áries, 1981).

Na Antiguidade, o sentimento de infância e conseqüentemente de família tal qual sentidos e reproduzidos atualmente, era considerado inexistente ao passo que ao conseguir sobreviver sem necessariamente estar sob a dependência integral de um adulto, a criança passava a não se distinguir dos mesmos, compartilhando as mesmas vivências e o trabalho. “A criança aprendia ajudando os mais velhos”. (Áries, 1981 apud; Miranda, 1989, p.126). Isto é, a socialização ocorria no convívio direto com a sociedade sem uma mediação específica da organização parental.

Posteriormente, na Idade Média, a concepção de infância e família começam a sofrer modificações através do homem burguês. À medida que surge a percepção de que as crianças demandam maiores cuidados e possuem certas limitações em relação aos adultos, os cuidados se especificam. No entanto, apesar dos pais proverem mais cautela e proteção aos filhos, ainda não se aplicava em suma o sentimento de família, contemplado pela relação afetiva que une emocionalmente a unidade familiar. (Áries, 1989).

Portanto, é a partir da Idade Moderna que o sentimento de família surge perpendicularmente ao sentimento de infância, tal qual experimentado na contemporaneidade, a partir do reconhecimento do despreparo e imaturidade da criança em dividir os mesmos espaços que os adultos. Portanto, fruto dessa concepção moderna, a infância ganha um sentido mais afetivo, sendo compreendida como um momento especial e que, portanto, necessita de cuidados específicos. (Áries, 1989).

A partir disso, inicia-se a institucionalização da infância, que marca a proposta de reelaboração do lugar da criança moderna. Para tanto, primeiramente surge a necessidade do desenvolvimento de instituições públicas de socialização, isto é, a escola, cujo objetivo principal é a construção social da infância. Isto é, a "institucionalização educativa da infância". (Ramirez, 1991, apud, Sarmiento, 2004, p. 4).

A aprendizagem social passa então a ser papel da educação escolar sendo os pais, responsáveis pela formação moral e espiritual das crianças. Logo, com o surgimento dessa nova formulação de família, se insere a vida privada, a intimidade e a afetividade entre seus membros. (Áries, 1981; apud Miranda, 1989).

De acordo com Sarmiento (2004) “paradoxalmente, apesar de sempre ter existido crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio”. (Sarmiento, 2004, p.3). Nesse sentido, a consciência social da existência da

infância se estabeleceu historicamente como resultado de processos complexos de reestruturação da vivência e cotidiano das crianças, bem como de sua reorganização social. (Sarmiento, 2004).

Com isso, entendendo que a criança passa por diversos rumos e momentos durante a história, é necessário vislumbrar o lugar que a contemporaneidade reserva para a infância. Portanto, dentre os fatores que culminaram nas transformações em seu estatuto social, destaca-se a escolarização, como já destacado, os direitos e o consumo. (Othon, 2020).

A globalização política iniciada no século XX, se conduziu para uma crescente defesa do direito das crianças. (Stearns, 2006, apud, Sarmiento, 2004). A criança, então, passa a ser considerada juridicamente como um sujeito de direitos protegidos por leis específicas a fim de garantir sua integridade e amparo por meio do Estado. De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, a criança “é todo ser humano menor de 18 anos e tem direito a um nome, nacionalidade, uma família, educação e proteção”. (Corrêa, 2015. p. 19).

Ademais, no que se refere ao consumo das crianças aos conteúdos midiáticos, considerando a forte influência da indústria midiática no comportamento e processo formativo infantil, o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) por meio do artigo 76 determina que os veículos midiáticos, dentro do horário destinado ao público infantojuvenil, veiculem apenas programações de caráter educativo, cultural e informativo, bem como exigindo que as programações contenham aviso de classificação indicativa. (Almeida; Silva, 2021).

No entanto, o uso precoce e crescente das mídias pelas crianças, principalmente por meio das tecnologias digitais, indica uma preocupação acerca desse espaço que é cada vez mais naturalizado e difundido na contemporaneidade. Uma vez que a cultura da mídia produz efeitos importantes na constituição formativa e identitária da criança. (Kellner, 2001, apud, Almeida; Silva, 2021).

Nesse sentido, ao pensar a infância como um momento específico e que sofre transformações pelo acesso das crianças ao mundo tecnológico imbuído pela indústria cultural, cabe refletir sobre as especificidades que envolvem a relação da infância na contemporaneidade com a lógica mercadológica instrumental que atravessa as novas tecnologias envolvendo as mídias e o consumo.

De acordo com Almeida e Silva (2021, p.192): “a utilização dos meios de comunicação são os meios pelos quais a Indústria cultural se utiliza para estabelecer padrões, normas e ideologia pela classe dominante, com um único objetivo final – o lucro”. Assim, observa-se que nesse ínterim ocorre um processo de substituição da racionalidade formativa para a informativa, bem como da autoridade do conhecimento para a autoridade da imagem mercadológica.

Considerando o forte predomínio tecnológico na geração atual, as crianças nascem e se constituem no interior de uma forma de funcionamento da sociedade das informações e do consumo, na qual se familiariza desde cedo ao modo de operação das tecnologias e mídias sociais. (Martins, 2019)

“O advento da tecnologia digital produziu e foi acompanhado de mudanças significativas nas experiências midiáticas das crianças, com a proliferação dos produtos midiáticos, o uso frequente da mídia para o estabelecimento de várias formas de comunicação, além da comercialização da mídia e dos apelos subversivos desta nova cultura”. (Buckingham, 2010, apud, Martins, 2019, p.17).

Nesse sentido, um aspecto importante na reorganização do lugar da criança na sociedade contemporânea, reflete uma pauta bastante cara ao processo de globalização econômica sustentado pelo capitalismo. O fortalecimento da criança como consumidora. (Othon, 2020). Acerca disso, Sarmiento (2004) destaca a participação das crianças na esfera econômica por meio do marketing, isto é, as crianças são utilizadas como um produto de promoção publicitária e também como consumidoras, cujo mercado de produto que outrora visava apenas os adultos, passam a ver nas crianças consumidores em potencial. “As crianças “contam” na economia”. (Sarmiento, 2004, p. 7).

Historicamente excluídas dos interesses do mercado e das pesquisas sobre consumo, que focavam mais nos adultos e em seu poder de compra, as crianças se tornaram objetos de investigação e de questionamento. Nesse cenário, passaram a ter acesso direto às mercadorias e a interagir diretamente com os produtos comerciais por meio da propaganda na televisão e de outros meios de comunicação. (Othon, 2020, p.64).

Essa mudança de olhar acerca da criança, pontua uma importante estratégia mercadológica que passava a entender a possibilidade e construção desses atores como sujeitos de autoridade e por conseguinte, como consumidoras em potencial. (Cook, 2004, apud, Othon, 2020).

Na sociedade contemporânea, as noções tradicionais sobre a infância, como seres passivos e incapazes se dissipam ao passo que novas noções surgem sobretudo pelo acesso à informação pelas mídias. Temos a criança contemporânea como ser ativo, que emite opinião, toma decisões e cria redes de conexões com outras crianças e com o mundo. “Conectadas e informadas as crianças moldam seus desejos e se colocam no mundo como seres capazes de opinar, discutir e tomar decisões, e esse movimento não acontece sem conflitos”. (Couto; 2013, p.899). Tais conflitos se colocam à medida que se busca reconhecer as bases para qual, nessa organização de sociedade pautada pelo ideal de consumo, a criança adquire autonomia e autoridade.

Como consumidoras, as crianças fomentam questões concernentes a autoridade e controle. (Stearns, 2006, apud, Othon, 2020). Logo, as crianças passam a ser alvo de pesquisas de mercado visto tamanha familiaridade com o consumo, principalmente por meio da propaganda televisiva, bem como seu poder e influência nas compras dos adultos. (Ward, 1974, apud, Othon, 2020). “A lógica da criança que não sabia e precisava ser ensinada pelo adulto foi relativizada e se juntou à lógica na qual as crianças ganham certa autoridade na relação pais-filhos”. (Belloni, 2009, apud, Othon, 2020, p.65).

Acerca disso, convém conjecturar acerca da lógica por trás desse fenômeno que acomete as crianças e as relações intrafamiliares perante o consumo. É necessário, portanto, analisar primeiramente, as relações entre desejo e imaginário infantil como pontos chave nesse contexto.

De acordo com Sarmiento (2004) o imaginário infantil é uma temática bastante investigada por áreas do saber que buscam analisar a relação da criança com o mundo. Com predominância da psicologia, em especial, as perspectivas psicanalítica e construtivista. Para Freud, o imaginário infantil constitui uma expressão do princípio do prazer sobre o princípio da realidade, cujas referências simbólicas representam uma expressão inconsciente, para além da formação da censura. Já para Piaget, o jogo simbólico é a manifestação do pensamento autístico da criança, isto é, aquilo que se origina inconscientemente e que não faz parte da realidade externa, mas cria para si próprio uma realidade de imaginação ou sonhos. Logo, se desfaz conforme avança em seu processo de desenvolvimento e formação do pensamento racional. Apesar das diferenças, tais perspectivas possuem um ponto em comum. Anteriormente o imaginário infantil era entendido como um déficit. De acordo com Sarmiento (2002): “As crianças imaginam o mundo, porque carecem de um pensamento objetivo ou porque estão imperfeitamente formados os seus laços racionais com a realidade”. (Sarmiento, 2002, p. 2).

No entanto essa concepção é reformulada pelas correntes teóricas da psicologia, pois a transposição imaginária do real é nada mais que uma capacidade humana e não algo relativo somente à infância, contudo na infância o manejo da imaginação tende a ser mais radical. Trata-se, portanto, da ordem da diferença e não do déficit, como antes sugerido. (Sarmiento, 2002).

As vertentes sociológicas e antropológicas entendem que o imaginário infantil é típico do “processo de formação e desenvolvimento da personalidade e racionalidade de cada criança concreta” (Sarmiento, 2002, p. 3). Assim, considerando o contexto sociocultural que envolve esse processo, as condições sociais e culturais, entretanto, são multifacetadas, mas recaem sobre uma condição comum infantil, visto que a criança globalmente é concebida como uma geração

que não possui condições autônomas de sobrevivência e que está sob o amparo e controle dos adultos, tendo como posição comum as culturas da infância. (Sarmiento, 2002).

Portanto, a cultura infantil se refere a capacidade das crianças em construir sistematicamente formas de ação intencional e significação do mundo que ressoam diferentemente da elaboração feita pelos adultos. As culturas infantis são produzidas socialmente pelas crianças e constituem-se historicamente ao passo que se alteram de acordo com as condições sociais da mesma, ou seja, os conteúdos das culturas infantis são produzidos e atravessados por relações de classe, gênero, que impedem uma homogeneidade nos modos de significação, no entanto todas as crianças produzem culturas infantis de acordo com suas especificidades. (Sarmiento, 2002).

Nesse ensejo, culturas são produzidas pelas próprias crianças ao passo que também são produzidas para as crianças, constituindo os mundos culturais da infância. Entre as diversas formas culturais criadas pelos adultos para as crianças, destaca-se aquelas que são orientadas pelo mercado por intermédio da indústria cultural. Dentre elas as literaturas infantis, brinquedos, jogos, sites, etc. Tais produtos culturais se promovem e se perpetuam devido a empatia e valor simbólico que estabelecem com seus consumidores. Os produtos para o público infantil, demonstram uma conformidade com o imaginário infantil que justifica a universalização desses artigos. (Sarmiento, 2002). Pois, tais produtos se tornam potentes no mercado infantil devido o valor simbólico atrelado a ele que por sua vez substitui até mesmo a proposta lúdica.

Nesse sentido, a título de exemplificação, de acordo com Sarmiento (2002) a posse da boneca Barbie, é caracterizada como um elemento de diferenciação social, portanto, seu valor simbólico não é transferível para outra boneca, mesmo que esta tenha propostas lúdicas superiores. (Rogers, 1999, apud, Sarmiento, 2002.). Portanto, a mercadoria para o público infantil, relaciona-se principalmente com a afinidade e o alinhamento entre desejo e fruição das crianças. (Sarmiento, 2002).

A cultura comercial das crianças apela tanto as crianças porque toma seriamente em conta o jogo, a satisfação e o desejo das crianças. Claramente, ela ajuda a construir o seu jogo, prazer e desejo, mas também procura compreendê-lo e inserir-se dentro dele. [...] A publicidade no seu melhor faz com que as pessoas sintam que sem o seu produto você é um perdedor. As crianças são muito sensíveis a isso. (Kenway; Bullen, 2001, apud, Sarmiento, 2002, p. 6).

Em vista disso, pode-se inferir que os produtos e conteúdos midiáticos têm potencial de transformar qualquer processo psíquico em um instrumento oportuno na persuasão e indução ao consumo. Portanto, presume-se que ocorre uma apropriação econômica do psiquismo pelas mídias. (Camurra, Teruya, 2020). Nesse cenário, as crianças tornam-se alvo pois estão em processo de desenvolvimento, formação de subjetividade e construção de identidade.

Ao passo que a indústria midiática interfere na modulação dos desejos de seus consumidores ela afeta a capacidade de criação, pensamento e reflexão crítica, pois impede o sujeito de discriminar a relação entre realidade e fantasia. Logo, a racionalidade midiática ao oferecer material para a fantasia e o desejo, num momento em que esses ainda são formas de representar a realidade, modela pensamentos e constitui identidades, retirando a possibilidade da fantasia tornar-se uma mediação na leitura do mundo e não a expressão direta da realidade. (Kellner, 2006, apud, Camurra, Teruya, 2020).

A cultura da mídia disponibiliza imagens e figuras para serem identificadas, copiadas e imitadas pelo seu público. Ela exerce efeitos socializantes de modelos culturais que privilegiam alguns papéis sociais, comportamentos sexuais e posicionamentos “que valorizam certas formas de comportamento e modo de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos”. (Kellner, 2001, p.307, apud, Camurra; Teruya, 2020, p.90-91).

Em vista disso, Kehl (1995) conjectura que a racionalidade midiática atua com o objetivo de fazer com que os indivíduos parem de pensar. A relação do sujeito com o real mediada pela mídia se dá por uma relação imaginária que se coloca predominantemente pela lógica da realização de desejos ao qual foge a elaboração do pensamento.

Assim, Kehl (1995) busca entender essa engrenagem pela perspectiva da criança, pois é na infância que se desenvolve a capacidade de pensar. Além disso, a criança na contemporaneidade passa muitas horas do seu tempo diante dos aparatos tecnológicos consumindo. Ao se deparar com o desejo e a resposta a ele, a criança se afasta de uma das características mais fundamentais na constituição do ser humano, a capacidade de pensar, a capacidade de formular perguntas e de sustentar o vazio da dúvida que a faz imaginar.

O discurso midiático nos moldes da cultura industrial produz desejos e objetos de satisfação, ao passo que se coloca de forma onipresente, isto é, ela sempre está presente e nunca abandona o seu espectador. Portanto, Kehl toma a televisão como seu principal objeto de análise, considerando o contexto de sua época. No entanto, tal análise se faz completamente atual no tempo vigente quando relacionada às mídias sociais em consonância com a racionalidade técnica a qual elas sugestionam.

Nesse sentido, as mídias representam para o imaginário infantil o papel da “mãe primordial”, aquela que nunca se ausenta, não frustra e não ignora o desejo da criança, mas tem sempre a resposta de seu desejo. Ela está presente no cotidiano oferecendo constância e variedades. “É doméstica, é manejável, cotidiana. Ilude o tédio e a solidão”. Assim, ao passo que se apresenta como substituta da função materna, dita o que o indivíduo deve fazer para ser aceito e amado. (Kehl, 1995, p.172).

De acordo com Kehl (1995) essa relação é estabelecida como uma relação de sedução, ou seja, a mídia se coloca como quem sabe o que o outro deseja e também aquela que possui aquilo que se deseja. Logo, nessa relação, o outro mantém-se fascinado e dependente dela. Em vista disso, é válido conjecturar acerca do princípio do prazer, aquele que rege o psiquismo infantil no início da vida e que aos poucos é substituído pelo princípio da realidade. “O princípio do prazer é o princípio da atemporalidade, da não-mediação entre a necessidade e sua satisfação, da onipotência do pensamento”. Logo a criança teme perdê-lo ao passo que tenta conservá-lo como pode, no entanto, evidentemente, não consegue fazê-lo, ao menos inteiramente, visto que em parte, o princípio do prazer continua em vigor no âmbito das fantasias. (Kehl, 1995, p.175).

Nesse sentido, a mídia se torna sedutora ao passo que retorna ao sujeito a oportunidade da realização de desejos que se relaciona com a mesma lógica que gere o princípio do prazer. Portanto, a criança buscando entender sobre as leis que regem as relações pessoais no mundo, jamais irá receber como resposta da mídia uma negação ao gozo, pelo contrário, receberá a obrigação ao gozo. (Kehl, 1995).

Nesse sentido, Kehl (1995) propõe que o gozo incessante que as mídias supostamente promovem interdita uma função fundamental para a constituição subjetiva do sujeito, o pensamento. Visto que, o pensamento na infância, começa a funcionar a partir de uma ruptura relacionada ao princípio do prazer, isto é, ao passo que o princípio do prazer fracassa, o sujeito começa a desenvolver outros mecanismos para haver-se com a realidade externa que outrora se limitava a dimensão “alucinatória de desejos”, sendo o principal recurso, o pensamento. (Kehl, 1995, p.177). Para tanto, sendo o pensamento, o principal recurso que o sujeito possui para lidar com a realidade, outros aspectos complexos se envolvem nessa dinâmica, como, a aceitação de uma demora, que dificulta ainda mais o processo de elaboração do pensamento, principalmente, quando se tem a racionalidade midiática que propõe a criança a todo o momento o retorno ao modo de realizar-se por meio do princípio do prazer que é imediatista. (Kehl, 1995).

Portanto, ao passo que o princípio do prazer não fracassa não há a necessidade do pensamento começar a funcionar. Nesse sentido, Kehl, (1995) ressalta que a racionalidade midiática não proíbe o pensamento, mas o torna desnecessário, pois se é proporcionado todos os desejos administrados ao sujeito não há necessidade de pensar, refletir sobre questões subjetivas fundamentais a seu processo formativo.

Ainda acerca da obstrução do pensamento acarretado pela racionalização da mídia, Jerusalinsky, (2017) pontua acerca da velocidade de imagens e informações a qual impedem o sustento subjetivo das experiências das crianças. Logo, quando somadas a esse excesso de imagens e os diálogos cada vez mais sucintos, percebe-se que não somente o tempo e espaço se

transformam na relação dos sujeitos, mas também como passa-se a representar aquilo que acontece em seu mundo. Nesse sentido, a era digital produz uma descontinuidade nas formas de estabelecer o laço social bem como impactam as formas de sustentar subjetivamente as experiências. (Jerusalinsky, 2017).

Ademais, as mídias sociais promovem um estado constante de alerta, pois a velocidade, a qual lhe é própria, exige que os sujeitos estejam sempre atentos aos últimos acontecimentos, acarretando resultados mortificantes, pois ao estar permanentemente “ligado” a criança não encontra tempo para suas elaborações. (Jerusalinsky, 2017, p.16).

Outro aspecto fundamental que impacta a constituição formativa da criança na era midiática, é acerca da superexposição nas mídias, na qual o limite entre público e privado se estreita. Logo, de acordo com Jerusalinsky, (2017) tal exposição excessiva ocorre por meio de um recorte que desempenha uma exaltação narcísica. (Jerusalinsky, 2017).

Frequentemente, O sujeito, na contemporaneidade, suspende a condição de viver uma experiência para tirar mais e mais selfies de si mesmos, em um permanente registro da própria imagem, possibilidade de produzir uma enunciação condição de si mesmo, enquanto se silencia a possibilidade de produzir uma enunciação a partir do que foi vivido. (Jerusalinsky, 2017, p.22).

Portanto, nessa relação de hiperexposição do “olhar e registro espetacular de si mesmos”, os indivíduos deixam de estarem uns com os outros. (Jerusalinsky, 2017, p.22). Sendo essa relação entre eu e o Outro, fundamental para a constituição psíquica da criança, a qual necessita de trocas simbólicas para se identificar e elaborar sua própria identidade.

A visualização da felicidade plena que se mostra nas mídias sociais a qual, dificilmente se sustenta na vida real, se volta contra o indivíduo por meio de uma plenitude imaginária de Eu-ideal, que ao se deparar com a realidade fora da mídia, retorna para ele, fazendo com que nunca se sinta a altura daquelas espetacularizadas. Nesse sentido, tal exaltação narcísica apresenta em contrapartida um aspecto melancólico, no qual a criança se sente esvaziada de sentido ao se comparar com a “plenitude imaginária que virtualmente constitui para si”. (Jerusalinsky, 2017, p.23). Ademais, essa condição de ver e ser visto o tempo todo, não só imprime um estado constante de vigilância, mas também supõe que dessa forma se esteja com o outro, mesmo não estando de fato. De acordo com Jerusalinsky, (2017):

Na afirmação de uma mãe —“Assim pela câmera não perco nada do que ele faz!”— constatamos a ilusão de que é preciso atravessar quando se suprime a diferença entre a condição de um espectador e a de alguém que faz parte de forma decisiva no desdobramento da cena que poderá vir a se produzir na criação de uma criança. (Jerusalinsky, 2017, p.25).

Em vista disso, observa-se crianças que falam de personagens midiáticos, principalmente youtubers voltados ao público infantil, como se fossem amigos, mesmo que não haja nenhuma

reciprocidade nisso. Parecem conhecer mais detalhes íntimos desses do que daqueles que convivem em seu cotidiano real. A criança na era midiática, como pontua Jerusalinsky, (2017, p.32) “se vê lançada a um conhecimento virtualmente infinito, mas padece de ter com quem singularizar os seus percursos de investigação”. Em razão disso, as crianças percorrem um espaço não mediado e anônimo que escapa a relevância em contar e dar conta das experiências nas diversas narrativas entre gerações. Entretanto, a autora reconhece que não é tão simples se relacionar na vida real com familiares, amigos ou professores e suas demandas e desejos, uma vez que essa relação interpessoal tende a demandar mais dos sujeitos que se relacionam. O que não ocorre por meio das mídias, no qual, as formas de se relacionar são múltiplas e flutuantes, portanto, as relações não demandam tanta energia entre os sujeitos, pois as trocas digitais tendem a ser superficiais e não requer tanto esforço e reciprocidade como as da vida real. No entanto, é por meio da relação recíproca que a criança formula suas respostas possíveis para existir de modo desejante. (Jerusalinsky, 2017).

Dessa forma, Dunker, reconhece a intoxicação digital infantil como uma patologia discursiva, isto é, deve ser contemplada como uma alteração do laço social, da economia do gozo e das relações de reconhecimento. Assim, a vida digital se exprime no aumento da velocidade nas demandas e trocas simbólicas, na superficialidade de contato e relacionamento interpessoal, na redução da dimensão imaginária e do pensamento e também na promoção de práticas que substituem o conflito, uma vez que, o ato de evitar situações desconfortáveis por meio da indiferença ou exclusão daquilo que lhe causa incômodo é frequentemente estimulado e praticado nas relações intermediadas pelas mídias. (Dunker, 2017).

Nesse sentido, o caráter tóxico das mídias sociais na infância implica em diversas questões determinantes na constituição formativa da criança, com destaque às formas de socialização que são radicalmente afetadas por meio das racionalizações midiáticas, as quais promovem sintomas na criança intoxicada nesse meio. Portanto, é importante ponderar que, como qualquer tecnologia, pode-se intensificar ou favorecer certas pré-disposições que devem ser relevadas, como condições sociais, econômicas, relação familiar e de educação. Assim, Dunker, pontua alguns traços sintomáticos que decorrem do uso indiscriminado das mídias sociais pelas crianças. (Dunker, 2017).

A começar pelo que Dunker, (2017, p.124) chama de “super oferta de presença”, isto é, crianças expostas à vida digital desde muito cedo desenvolvem uma ligação extrema com a presença do outro. Isto é, ao ser ofertado imagens e estímulos sensoriais a disposição da criança, isso acaba por deformar a formação do sistema visual, motor e da atenção, ao qual infere uma questão intersubjetiva, isto é, a convicção de que o outro está sempre disponível. (Dunker, 2017).

Para desenvolver a ideia Dunker, (2017) retorna uma referência de Freud para sinalizar alguns aspectos que se relacionam com a importância da criação de modelos de simbolização que a criança desenvolve por meio da falta do outro que se desenvolve principalmente por meio do brincar:

Freud observou seu neto jogar para fora do berço um carretel atado a uma linha e puxá-lo de volta, dizendo prazerosamente: “aqui” e “lá”. Disso ele intuiu um modelo de simbolização a partir do brincar. Ao agir assim, a criança substitui a mãe ausente pelo carretel presente. Ela inverte a experiência vivida passivamente, com a ausência da mãe, em um fazer ativo jogando e puxando o carretel. O terceiro fato simbolizante está na introdução de uma palavra significante: aqui-lá. Ela substitui a angústia da ausência e da presença excessiva da Coisa materna. (Dunker, 2017, p.125).

Visto isso, é fundamental entender como esse manejo se dá quando essa função importante de criar modelos de simbolização pelo brincar é substituída pelo uso indiscriminado dos conteúdos digitais, pois os aparatos tecnológicos, pacificam ao passo que substituem a simbolização lúdica do adulto cuidador e produzem novos estímulos visuais e sonoros, que por sua vez: “elimina o tempo morto no qual a ausência do outro é o tempo desconfortável, porém criativo, de invenção de seu substituto lúdico”. (Dunker, 2017, p.125).

Esse tempo considerado como perdido, é importante para aprender a acalmar e também a nutrir um interesse pelo outro. Ao se deparar com dispositivos que ocupam o tempo total e que estão sempre disponíveis, a criança encontra dificuldades em distinguir as situações de espera. Pressupõe-se a ideia de que o outro está sempre a disposição para ofertar atenção, objetos ou imagens. Ademais, esse modo de conduta pelo qual as crianças estão atravessadas, reproduz a ideia de formação de um consumidor exigente, pois ele sempre tem razão e pensa que o outro, como um produto mercadológico, deve agradá-lo e estar sempre ao seu dispor. (Dunker, 2017).

Outro impacto que se desdobra através disso, é o isolamento e a redução do laço social. A suposta ideia de que o Outro sempre deve tomar a iniciativa, interfere no arranjo da demanda que afeta a formação de atitudes como dar, receber, compartilhar. Assim, quando o Outro não lhe oferece nada, isso é entendido como sinônimo de desamor e indiferença, mesmo que não tenha feito nada para se interessar pelo outro. Nesse aspecto, reduz-se o tamanho do mundo e em contrapartida aumenta o tamanho do eu. (Dunker, 2017).

As mídias digitais proporcionam também um aumento nas expectativas narcísicas de reconhecimento, uma vez que permitem a manipulação da própria imagem, isto é, pode-se escolher como, quando e por quem quer ser reconhecido. Nesse cenário a criança pode ser quem quiser, pode fantasiar ser um personagem com milhões de visualizações, envolvida em uma profusão de gratificações e incontáveis experiências de sucesso, afinal todos aqueles amigos virtuais vivem uma vida perfeita. Em contrapartida, somente aqueles a qual ela se depara na vida

real são desinteressantes e irrelevantes. Tais impressões e o exagero aparente que por meio das mídias virtuais, só refletem os melhores ângulos e momentos geram um misto de decepção, ocasionando em sentimentos de atraso, impaciência e ansiedade. (Dunker, 2017).

O laço digital de reconhecimento requer a ingestão continuada de substâncias venenosas repleta de soluções para conflitos subjetivos. Nesses casos, a presença intrusiva do Outro como oferta e incitação não é só uma contingência, mas uma condição sem a qual o laço social e discursivo não acontece. (Dunker, 2017, p.131).

Por conseguinte, a intoxicação digital infantil promove uma exteriorização do fantasiar que se mistura entre aspectos íntimos, privados e públicos que acarreta na tentativa de distanciamento e de não se haver com o conflito, conflito este que está presente em todos os tipos de relações, sejam virtuais ou físicas, mas que possuem diferenças na forma de manejo. Isto é, ao se relacionar com o outro na vida real o sujeito não dispõe de ferramentas que beneficiam seu manejo em criar as próprias regras, ao passo que virtualmente, as regras podem ser facilmente manipuladas, por exemplo, ao se comunicar com o outro por meio digital, as vias de interpretação da mensagem são mais variáveis do que na comunicação real, pode-se evitar conflitos, simular respostas, enfim pode-se negociar as regras. (Dunker, 2017).

Portanto, a partir do reconhecimento de que o Outro nada lhe oferece, desencadeia-se sofrimento, angústia do desaparecimento de si e o estranhamento do lugar do Outro. Nesse sentido, Dunker (2017) explora que o primeiro sinal de intoxicação digital infantil, se dá por meio da experiência da criança com a ausência de si somada ao sentimento da perda da capacidade em se estar com o outro. De acordo com Dunker, (2017, p.139): “É no tempo da ausência do objeto e da inquirição do Outro, do que ele se faz extensão simbólica, que se fixa uma primeira distância entre os dois tempos primários da demanda: o eu e o tu”. Isto é, reflete a importância da ausência e da frustração da indisponibilidade do Outro na elaboração da distinção entre o eu e o outro. (Dunker, 2017).

Haja vista que a racionalidade midiática está presente e afeta os variados espaços de socialização da criança, cabe tensionar a relação entre as instâncias de socialização, principalmente as primárias como a família e a escola, que não escapam aos impactos motivados pela lógica instrumental de formação na contemporaneidade.

É certo que as mídias têm ocupado uma posição importante na vida dos sujeitos e sobretudo nos aspectos concernentes à infância e suas vicissitudes, tendo em vista que as crianças dispõem de maior tempo frente às mídias sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que a cultura da mídia possui efeitos significativos na formação, sociabilidade, e na constituição de identidade na infância. Nesse aspecto, a indústria midiática ocupa um lugar de destaque que atravessa instituições tradicionais como a família e a escola, a qual instrumentaliza a formação

educativa ao passo que produz novas formas de integração cultural e de socialização. (Kellner, 2001, apud, Almeida; Silva, 2021).

De acordo com o percurso histórico, a concepção de infância sofreu diversas modificações e ainda vem sofrendo até os dias atuais. A diferente concepção do sujeito infantil na antiguidade até a concepção da criança como ser de autoridade, principalmente pela lógica do consumo na atualidade, demonstram que a infância é uma construção social e qual se transforma através dos movimentos que a sociedade produz, sobretudo pelos avanços tecnológicos que orientam a dinâmica que envolve esses sujeitos em seu cotidiano. No entanto, é inegável que a criança sempre ocupou um lugar primordial de heteronomia, a qual necessita de cuidados, orientação para construção de valores e subjetivação. Assim, as transformações que envolvem a globalização no mundo contemporâneo, englobam mudanças nesse manejo primário de sociabilidade que busca tecnificar cada vez mais a relação educativa das crianças, produzindo uma instrumentalização das relações referenciais e identitárias que são fundamentais na constituição de uma infância equilibrada. (Almeida; Silva, 2021).

A tecnificação da formação da criança se inicia quando, principalmente as referências parentais não encontram mais tempo hábil para participar de etapas tão fundamentais para o desenvolvimento da criança. Isto é, em um mundo acelerado, mecanizado, eletronicado, as atividades diárias se tornam muito dinâmicas e escapam ao controle dos pais. Logo, a criança imbuída nesse contexto automatizado, no qual a busca por praticidade e rapidez é sempre priorizada, acaba por sofrer impactos importantes em sua formação, sendo que, o processo de formação é essencialmente estimulado pela relação da criança com o outro. (Almeida; Silva, 2021).

Nesse sentido, como visto, a falta de representação familiar no processo de constituição da criança, em somatória com o espaço que se estabelece pelas mídias a qual substitui esse processo familiar, afeta profundamente o processo de formação pessoal da criança considerando que a lógica que infere e está posta por meio das multiformes relações midiáticas, reproduz a homogeneização, individualidade e massificação, ao passo que se afasta do processo emancipatório dos sujeitos. Assim, o lugar que outrora se direcionava a família passa a ser da racionalidade midiática a qual ocupa também o lugar do outro, pelo qual a criança se identifica e se constitui. (Almeida; Silva, 2021).

[...] a demanda do trabalho e a grande estrutura social têm comprometido a relação familiar, roubando-lhe o tempo que poderia ser dedicado ao diálogo. Por exemplo: ao chegar em casa, os pais, mesmo não estando em horário de trabalho, estão ocupados respondendo e-mails ou fazendo uso do celular e de aplicativos, dentre eles o WhatsApp, para resolverem questões e demandas do trabalho. (Almeida; Silva, 2021, p.198).

A partir desse novo cenário e mudanças na estrutura familiar, as influências midiáticas ganham cada vez mais protagonismo. Desperta-se o desejo das crianças para o consumo inculcando a ideia de que ser é ter poder de compra e visibilidade na vida digital. Tudo isso com o aval dos pais, que submersos por uma rotina de trabalho cansativa, prioriza o sustento e conforto financeiro familiar em detrimento das necessidades socioafetivas. Logo, utilizam isso para compensar sua falta, buscando satisfazer os desejos das crianças por meio dos bens materiais e da educação digital, a qual substitui com maestria a dimensão formativa que escapa a família e transforma as crianças em consumidores. Nesse aspecto a dimensão do pensamento, da criatividade ficam submersas em uma vastidão de produtos de consumo, tanto de conteúdos e entretenimento quanto de bens culturais. (Almeida; Silva, 2021).

A escola, por sua vez, é uma instância que carrega consigo as contradições do sistema vigente. Portanto, sempre esteve atravessada por camadas dominantes que tinha como objetivo alimentar seus próprios interesses e reproduzir valores de homogeneização ao passo que organizam o ensino de forma fragmentada. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a formação da escola se ocupa em formar sujeitos para a emancipação, esse outro lado também é muito presente em seu contexto como um todo. (Medrano; Valentim, 2001).

Nesse aspecto, a indústria cultural, a qual atravessa diversas instâncias socializadoras, também invade a escola e ganha cada vez mais espaço. Assim, as mídias sociais como um instrumento da lógica mercadológica, chegam à escola por meio de programas governamentais, como um instrumento informativo utilizado por professores e alunos, que podem se confundir com disseminação de conhecimento, quando na verdade, tal conhecimento está posto apenas na aparência. (Medrano; Valentim, 2001).

Acerca disso, Jerusalinsky, (2017) ressalta que a instantaneidade de respostas orquestradas pelas mídias contribui para que as pessoas deixem de interrogar, ao passo que passam a perguntar e necessitar de respostas urgentes que somente a digitalização pode oferecer. As diversas respostas instantâneas e simultâneas que mais desnorteiam do que possibilitam conjecturar e elaborar, intercambiam as trocas de diálogos e discussões importantes para a construção do conhecimento, que estão presentes no ambiente escolar, por exemplo.

Isso se vê frequentemente atropelado quando o Dr. Google passa a funcionar como o oráculo digital, como um grande Outro onisciente e onipotente diante do qual o sujeito contemporâneo, de bom grado, amansa seus enigmas e se silencia de modo obediente onde poderia inventar. (Jerusalinsky, 2017, p.27).

Nesse sentido, as buscas por respostas rápidas na mídia digital não só oferecem todas as respostas, como também possuem a função de autocompletar a pergunta do sujeito. De acordo

com Jerusalinsky, (2017, p.27): “Ao digitar no Google! as palavras “meu filho tem...” a função de autocompletar impõe, na primeira linha, “meu filho tem... autismo leve”. Assim, o sujeito se afasta cada vez mais das suas próprias elaborações ao passo que a mídia digital assume todo o controle sobre ele, até mesmo sobre o que ele ainda nem pensou em formular.

Assim, de acordo com Medrano e Valentim, (2001) a escola não deve ignorar nem se abster das discussões que envolvem a ferramenta midiática, pelo contrário, aponta ser fundamental abrir espaços de debates pelo qual as crianças possam elaborar sobre o uso das mídias e o que as atrai. “A escola deve saber usar, sem ser usada”. (Medrano;Valentim, (2001), p.72). Logo, a adaptação da escola é importante desde que não se deixe deformar pela mecanização da cultura.

A criança, portanto, é atravessada pelo social que está em constante transformação, a qual produz novas concepções de infâncias. A industrialização cultural apoiada pelo capitalismo, estabelece e promove o individualismo, o consumo como valor social e a busca pela satisfação por meio de objetos de consumo que, por conseguinte, configuram novas subjetividades. Nesse sentido, a família e a escola, como instâncias primárias de inserção da criança na cultura e na sociabilidade são atravessadas também por essa lógica mercadológica que impacta a dimensão formativa do sujeito. Nesse sentido, funções fundamentais como o brincar e as atividades lúdicas perdem seu valor simbólico ao passo que novas representações são construídas através da racionalização da formação pelas mídias. (Souza, 2010, apud, Almeida; Silva, 2021).

Portanto, as experiências que se desdobram da predominante presença das crianças nas mídias sociais, revelam que são diversos os impactos que podem acarretar para a formação subjetiva na infância rumo à autonomia. A influência da indústria cultural e da instrumentalização mercadológica que regem o ambiente digital atravessa não só a infância, como também todos os espaços que a integram, seja, família, escola, mídias, entre outros locais de socialização. Considerando que a infância se constrói historicamente de acordo com as transformações da sociedade e pela relação com o outro, a infância na modernidade, enfrenta dificuldades relacionadas desde a perda de noção entre vida pública e privada que se conecta com a visibilidade espetacularizada da vida por meio digital, a desaparecimento da identidade e a reprodução e manutenção de relações desiguais e de controle, ao passo que afasta o sujeito de uma formação para a emancipação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que, as mídias sociais as quais desempenham um lugar de destaque na contemporaneidade, fomentam uma potencialização da espetacularização da vida ao passo que impactam a dimensão subjetiva dos sujeitos e de suas relações interpessoais. Considerando a fase da infância como um importante momento de construção subjetiva e de entrada na cultura e na sociedade como um todo, essa pesquisa buscou entender como a mídia afeta a constituição formativa da criança considerando suas minuciosidades que envolvem uma lógica instrumental que reproduz um sistema que visa sobretudo o lucro e o assujeitamento dos indivíduos.

Considerando isso, buscou-se entender a construção histórica da infância bem como o processo de socialização que a envolve e que atravessa grandes transformações de acordo com as

mudanças que ocorrem no mundo. Assim, entende-se que o processo de socialização é um recurso ativo que perpassa a vida da criança e que exige uma participação ativa entre o sujeito e a instância que o socializa. Em vista disso, partiu-se de uma retrospectiva histórica sobre a infância e constatou-se que em todos os momentos históricos que envolvem os processos de sociabilidade, a presença do Outro é de fundamental importância para se compor no âmbito social e se desenvolver como ser social e como ser individual.

Nesse sentido, a relação com o Outro se mostra fundamental pois constitui as bases nas quais o sujeito irá construir sua identidade e suas referências simbólicas, pois as relações sociais formam não só o que está na dimensão da consciência como também aquilo que é de origem inconsciente, permitindo à criança construir sua singularidade. Nesse sentido, as funções psíquicas da criança são estabelecidas perante as relações sociais, as quais dispõem de bases cuja origem é essencialmente social, sendo assim, se orienta frequentemente para o Outro.

A partir disso, visando analisar as implicações da inserção precoce das crianças, que se encontram em pleno processo de desenvolvimento formativo, no mundo digital, evidenciou-se o despreparo do sujeito infantil frente aos enredos e desencadeamentos que atravessam o espaço midiático e que promove cada vez mais modos de espetacularização da vida, o qual infere uma lógica mercadológica instrumental que menos forma e mais deforma os sujeitos nesse espaço, especialmente a criança, que se insere antecipadamente nessa lógica.

Em vista disso, conclui-se que a indústria cultural possui grande influência na propagação dos bens culturais veiculados pelas mídias digitais, principalmente porque os conteúdos que se propagam inserem-se na lógica de reprodução mercadológica que sustenta o sistema de produção capitalista. Assim, a criança ao consumir conteúdos que à primeira vista aparecem apenas como recreativos e para entretenimento, na verdade consome produtos que sustentam a lógica do consumo. Logo, a mídia industrializada invade a infância por meio da autoridade para o consumo, inculcando valores tanto conscientemente quanto inconscientemente para o que ela produz, isto é, produzindo novas formas de identificação e sociabilidade.

Ao passo que a mídia se firma como uma importante instância socializadora e conseqüentemente formativa, surge a partir de então, novas formas de sociabilidade na qual o sujeito está voltado para o consumo e a exterioridade, sendo reduzido a dimensão da mercadoria e das imagens, ao passo que a criança não reconhece a si mesma se não pela sua imagem espetacularizada, constituindo por meio desse movimento novas subjetividades fetichizadas.

Além disso, pôde-se constatar também, que a indústria cultural se utiliza da racionalidade técnica instrumental para expressar a realidade. Portanto, a estrutura psíquica do sujeito passa por alterações em relação à elaboração do pensamento, a tomada de decisões, enfim, a reflexões

críticas que subverte o sujeito a um lugar de autonomia. Com a intervenção da cultura industrial nesses processos o sujeito fica mais suscetível a manipulações identificatórias e aos impulsos inconscientes.

Como estabelecido durante o processo histórico acerca dos processos de sociabilidade aos quais precisam de relações identificatórias com o outro para que a criança possa constituir-se como ser individual, no cenário contemporâneo de mecanização intensa dos meios de interação e socialização, as mídias ocupam esse lugar do outro. Assim, a criança nesse aspecto, ao identificar-se com os objetos da mídia, elabora sua subjetividade, reproduzindo o seu caráter mercadológico instrumental, ao passo que se afasta de uma construção e formação autônoma e emancipatória.

A partir dessas considerações, foi possível analisar os impactos que decorreram da racionalização midiática na construção subjetiva da criança. Foi observado um efeito importante na dimensão do pensamento da criança, devido à aceleração das informações e respostas que impedem a criança de formular suas próprias ideias, suprimindo uma dimensão fundamental do ser humano que é a de conseguir pensar. Acerca da hiperexposição da vida nas mídias, constatou-se que o sujeito é estimulado a voltar-se cada vez mais para si, remetendo a um caráter narcísico em que o Outro é desconsiderado na cena, remetendo então a prejuízos na sua relação identificatória com o outro. Nesse sentido, a espetacularização da vida através das mídias sociais, distorce a imagem real de si e a imagem real do outro, uma vez que na vida digital, propaga-se muito a ideia de felicidade plena que não se sustenta na vida real. Portanto, a criança que ainda está em desenvolvimento maturacional, acaba sofrendo ao se deparar com a realidade fora da mídia que retorna com sentimentos de incapacidade e desvalorização perante aquelas imagens espetacularizadas que se apresentam no contexto digital, embora essas mesmas imagens posteriormente venham constituir-se como a suposta “solução” e “remédio” para o sofrimento.

Encontra-se diversos impactos que as mídias proporcionam ao sujeito e principalmente à criança. Essa pesquisa constatou que a partir da ascensão tecnológica e o fortalecimento das redes sociais em específico, crianças se inserem antecipadamente em um espaço que integra socialização e formação de subjetividades, permeando relações de produção e consumo que transformam e alteram as relações intersubjetivas a partir da influência exercida pela racionalidade midiática. São diversos os impactos que decorrem da relação espetacularizada entre infância e mídia e que pôde-se constatar neste trabalho. No entanto, devido a restrições de tempo encontrou-se algumas limitações que impossibilitam uma discussão mais completa. Diante da metodologia proposta percebe-se a necessidade de uma análise empírica para que os resultados sejam ainda mais satisfatórios e completos. Portanto, pondero a importância de que

essas discussões não se encerrem por aqui, visto a complexidade e dinamismo que a problemática envolve e a sua importância para a população. É de fundamental importância que novos estudos sejam produzidos e que novas reflexões sejam somadas para que o debate seja cada vez mais explorado e enriquecido.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALMEIDA, Santos, dos, Gracilene; DA SILVA, Alex Sander. **IMPLICAÇÕES FORMATIVAS DA RELAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA CULTURAL E A INFÂNCIA: UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. Revista Saberes Pedagógicos, v. 5, n. 1, p. 189-209, 2021.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Ariès, Ph. & Chartier, R. (1991). **História da vida privada 3: Da Renascença aos séculos das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras.

Belloni, M. L. (2007). **Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização**. *Perspectiva*, 25(1), 57-82.

BETTI, Mauro; PIRES, Giovani de Lorenzi. **Mídia**. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Dicionário crítico de Educação Física. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 282-288.

BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio Grande do Sul, 2007.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na Era das Mídias: após a morte da infância**. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis. 2006. Título original: After the death of childhood: growing up in the age of electronic media. Trabalho não publicado. Buckingham - Crescer na era das mídias - inteiro.doc. 1 arquivo (760 Kb). Word 2003.

CAMPOS, Renato Márcio Martins de. **Indústria cultural e cultura da mídia: produção e distribuição do entretenimento na sociedade global**. Comunicare (São Paulo) , v. 06, p. 105-113, 2006.

Camurra, L.; Teruya, T.. **Televisão e Infância: interferências da indústria cultural nos desejos infantis**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, América do Norte, 6 4 02 2020.

SOUZA, Carlos de, A. B. . **As personagens da televisão e o fetichismo**. Sem título. 1ed. Goiânia: Imprensa Universitária - UFG, 2020, v. , p. 127-151.

CORRÊA, L. **EU TENHO “INSTA”: Infâncias, consumo e redes sociais, os usos e apropriações do aplicativo Instagram por crianças na cidade de São Paulo**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2015.

COUTO, E. S. **A infância e o brincar na cultura digital**. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 3, 897-916, set./dez. 2013.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Zahar, 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=mYn0XUJ3YugC>

Dunker, C.I. , L. (2017). **Intoxicação Digital Infantil**. In Baptista, A. & Jerusalinsky. J. (Orgs.) Intoxicações Eletrônicas: O sujeito na era das relações virtuais (pp. 117-145). Salvador: Ágalma. Gil AC. Como elaborar projetos e pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58.

GOMES, Jerusa Vieira. **Família e socialização**. Psicologia Usp, v. 3, n. 1-2, p. 93-105, 1992.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Serviço Social, p. 223-238, 2009.

Jerusalinsky, J. (2017). **Que rede nos sustenta no balanço da web? – o sujeito na era das relações virtuais**. In A. Baptistas & J. Jerusalinsky (Orgs.), Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações digitais (pp. 13-38).

KEHL, Maria Rita. **Fetichismo**. BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. Videologias: ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, p. 63-84, 2004.

KEHL, M. R. **O espetáculo como meio de subjetivação**. Revista Concinnitas, v. 1, n. 26, p. 86-96, 2015.

KEHL, Maria Rita. **O Imaginário e o pensamento**. In: Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 169.

MACEDO, K. **O desamparo do indivíduo na modernidade**. ECOS. v. 2, n. 1, p. 94-107, 2012.

MARTINS, S. R. **Entre curtidas no instagram: A exposição de crianças nas redes sociais e as possíveis consequências ao desenvolvimento infantil**. 2019. Projeto de dissertação - Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

MASSON, Leilyane Oliveira Araújo. **Tempos Modernos: Indústria Cultural e a Primazia do Presente**. In: Anita C. Azevedo Resende; Juliana de Castro Chaves. (Org.). Psicologia Social criticamente orientada. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010, v. 1, p. 56-76.

MEDRANO, E.M.O.; VALENTIM, L.M.S. **A indústria cultural invade a escola brasileira**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 54, p. 69-74, 2001.

MIRANDA, M. G. **O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança**. In: LANE, S. T. M. e CODO, W. org. Psicologia Social: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 125-135.

MIRANDA, M. G. **Psicologia do desenvolvimento: o estudo da construção do homem como ser individual**. Educativa (UCG) , Goiânia/GO, v. 2, p. 45-62, 1999.

MIRANDA, Marília Gouvea de. **Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade**. Educação & Sociedade, v. 26, p. 639-651, 2005.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Hucitec/Unesp. São Paulo. 1998. p.219.

MOREIRA, Ana Mabel Barbosa; CHAVES, José Péricles. **A MERCANTILIZAÇÃO DA INTIMIDADE NA PÓS-MODERNIDADE SOB AS MATRIZES DE MARX E BAUMAN**. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol8-2-2014/artigo4.pdf>

OTHON, Renata Alves de Albuquerque. **Infância, consumo e mídia: um mapa das múltiplas mediações de crianças visibilizadas nas redes sociais on-line**. 2020.

PONTES, Aldo. **A Constituição da Infância na Sociedade midiática: notas para compreensão de outro universo infantil**. Revista de Estudos da Comunicação, v. 8, n. 17, 2007.

RESENDE, A. C. A. **A escola e a constituição do Sujeito**. In: Ildeu Moreira Coelho. (Org.). Escritos sobre o sentido da escola. 1ed.Campinas - SP: Mercado das Letras, 2013, v. , p. 139-155.

ROCHA, Rose de Melo; CASTRO, Gisela G. S. **Cultura da mídia, cultura do consumo: imagem e espetáculo no discurso pós-moderno**. Logos, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 48-59, mar. 2010.

ISSN 1982-2391. Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/361>>. Acesso em: 12 fev. 2023.  
doi:<https://doi.org/10.12957/logos.2009.361>.

RODRIGUES, Samara Megume; CANIATO, Angela Maria Pires. **Subjetividade e indústria cultural: uma leitura psicanalítica**. Psicologia em Revista, v. 18, n. 2, p. 227-246, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. Cadernos de Educação, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto et al. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

Thompson, J. B. (2018). **A interação mediada na era digital**. *MATRIZES*, 12(3), 17-44.  
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.